

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O MOVIMENTO DA LEGALIDADE EM MÊS DE
CÃES DANADOS E PEDRO E LIA**

TEXTO DE MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

NEANDRO VIEIRA THESING

SANTA MARIA – 2011

O MOVIMENTO DA LEGALIDADE EM MÊS DE CÃES DANADOS E PEDRO E LIA

Por

Neandro Vieira Thesing

Texto de monografia apresentado ao Curso de Especialização em História do Brasil do Programa de Pós Graduação em História / Área de Concentração História Regional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**

Vítor Otávio Fernandes Biasoli

SANTA MARIA – RS – BRASIL

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Texto de Monografia de Especialização

O Movimento da Legalidade em Mês de Cães Danados e Pedro e Lia

elaborada por
Neandro Vieira Thesing

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Luis Augusto Farinatti, Dr (UFSM)
(Membro da Banca)

Leonardo Guedes Henn, Dr (Unifra)
(Membro da Banca)

Santa Maria, 24 de fevereiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Alguns agradecimentos serão uma constante enquanto durar o tempo diante de meus olhos. Ao pai Nelson e a mãe Lucia, pelos gametas que se transformaram em quarenta e seis cromossomos, pelo conforto e pelas palavras nesse um quarto de século no qual caminho por essas paragens de concreto e asfalto. Continuam eles cientes de que o reino do filho não é o da fortuna financeira, mas de outra natureza – assim espero. Ao mano Gabo, aquele que já foi o caçula, mas hoje é maior do que eu, e ainda será a salvação dessa instituição burguesa a qual faço parte.

Aos professores pela indicação de caminhos e ressalvas de descaminhos diante de tanta teimosia nestes sete anos movidos a café e boas conversas pelos corredores do curso de História da UFSM. Ao professor Vitor, pela disponibilidade na orientação deste trabalho que andava capenga e tomou forma em pouquíssimo tempo. Agradeço, principalmente, pela paciência diante das veleidades não acadêmicas que os caminhos da minha escrita podem tomar. *Muchas gracias.*

Ao Bruxo de São Sepé e ao Santo do Jacuí, que se foram enquanto continuo vivendo à Boca do Monte. Um para muito longe, o outro para nem tanto. A tecnologia deste século XXI encurtou as distâncias, mas ainda não conseguiu mitigar as saudades. Estúpido ser humano que sou, sinto muito mais falta daquilo que já não mais tenho. Saibam senhores que, volta e meia, uma taça de vinho é erguida em vossa homenagem. Não choro por saudade de homens, mas a voz ainda teima em ficar embargada enquanto canta as lembranças.

Aos novos amigos/irmãos que surgiram nestes últimos dois anos, demonstrando que não é a duração, mas sim a intensidade que marca. O acolhimento, as boas conversas e a paciência diante de minhas blasfêmias contra o mundo me fazem agradecido. Continuarem perseguindo Dionísio – e em busca do *Royal Straight Flush*.

À Vida, esta amante insaciável que não cansa de me surpreender.

Don't you know there ain't no Devil, there's just God when he's drunk.

(Tom Waits – Heartattack and Vine)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-graduação em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

O MOVIMENTO DA LEGALIDADE EM MÊS DE CÃES DANADOS E PEDRO E LIA

AUTOR: Neandro Vieira Thesing

ORIENTADOR: Vitor Biasoli

Data e local de defesa: Santa Maria, 24 de fevereiro de 2010.

Literatura e História sempre caminharam de mãos dadas. Este trabalho almeja refletir a obra literária como fonte para a pesquisa histórica. O Movimento da Legalidade e seu desdobramento como inspiração para as obras *Mês de Cães Danados* (1977), de Moacyr Scliar, e *Pedro e Lia* (1981), de Antônio Carlos Resende. A Legalidade, enquanto evento marcante para a história política brasileira contemporânea, serve de cenário para a criação literária, inspirando os autores a registrar uma época através de críticas aos rumos que a dinâmica social tomava, ou na representação de uma vivência humana na forma de personagens.

Palavras-chave: Literatura; História; Movimento da Legalidade; *Mês de cães danados*; *Pedro e Lia*.

ABSTRACT

Postgraduation Monograph
Course of Post-Graduation in Brazilian History
Federal University of Santa Maria

THE MOVEMENT OF LEGALITY IN MÊS DE CÃES DANADOS AND PEDRO E LIA

AUTHOR: Neandro Vieira Thesing

ORIENTATION: Vitor Biasoli

Date and place: Santa Maria, February 24 of 2010.

History and Literature have always walked hand in hand. This work aims to view the literary work as a source for historical research. The Movement of Legality and its deployment as an inspiration for the works *Mês de cães danados* (1977), by Moacyr Scliar, and *Pedro e Lia* (1981), by Antonio Carlos Resende. The Legality as a landmark event for contemporary Brazilian political history serves as a scenario for literary creation, inspiring the authors to register one time through critics to the paths that social dynamics took, or a representation of human experience in the form of characters.

Keywords: Literature; History; Movement of Legality; *Mês de cães danados*; *Pedro e Lia*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. O MOVIMENTO DA LEGALIDADE	14
1.1 O governo de Jânio Quadros e a renúncia.....	16
1.2 O impedimento de Jango e o início do golpe	23
1.3 A resistência vem do Sul	26
1.4 A formação da Rede Nacional da Legalidade e o ápice da crise	29
1.5 A adesão nacional à Legalidade e o Parlamentarismo	33
1.6 O retorno de João Goulart e o fim da crise	36
2. LITERATURA, HISTÓRIA E LEGALIDADE	39
2.1 Moacyr Scliar e seu Mês de Cães Danados	48
2.2 Antônio Carlos Resende e o amor nos tempos da Legalidade	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

História e Literatura nasceram irmãs, unidas pelo ato de narrar. Na Antiguidade, ficção e poesia integravam a construção textual da História, descrevendo os feitos da humanidade sem ressalvas maiores diante da possível distinção entre o homem e os deuses, o verossímil e a conjectura, a verdade e a mentira. Narravam-se os acontecimentos, contavam-se histórias. Essa era a função de um historiador.

Este modelo manteve-se no mundo ocidental até inícios do século XIX. A historiografia era tomada como um ramo do discurso oratório, logo, era assunto próprio da retórica, então a arte de se estudar a linguagem. Com o advento do Iluminismo e da modernidade, História e Literatura apartaram-se:

No entanto, [a historiografia] foi separada da retórica ao longo do século XIX em consequência do movimento para tornar os estudos históricos mais científicos. O duplo ataque à retórica, dos poetas românticos, de um lado, e da filosofia positivista, de outro, levou ao desprezo geral da retórica por toda a alta cultura ocidental. A "literatura" suplantou o discurso oratório, assim como a prática da "escrita" e da "filologia" suplantou a retórica como ciência geral da linguagem. O problema teórico da escrita da história tornou-se então a especificação da relação da história com a "literatura", mas como a literatura era normalmente pensada como um produto misterioso da "criatividade poética", não havia solução possível para o problema. (WHITE, 1991, p. 4-5).

Entender a forma como hoje Literatura e História voltaram a se relacionar passa, necessariamente, pela compreensão a respeito da consolidação do paradigma científico racionalista moderno e de como a forma de pensar no mundo ocidental foi transformada. A realidade passou a ser interpretada através de três grandes paradigmas: o historicismo de Ranke, o positivismo de Comte e o marxismo – mais especificamente o leninismo e o stalinismo. Ocorreu, a partir de então, uma ruptura através da negação de tudo aquilo que representasse o conhecimento transmitido pela tradição ou por vieses ideológicos. Tudo aquilo que escapasse aos critérios da lógica racionalista formal e se baseasse em razões relativas era desprezado. O auge desta forma de compreensão da realidade foi o século XIX (PESAVENTO, 1995, p. 11).

Os caminhos contraditórios do pensar que se seguiram nos inícios do século XX – advindos, principalmente, da psicanálise e da etnologia –, iniciaram a ruptura com este paradigma. Os historiadores permaneceram alheios e só foram renovar-se pelas mãos do

próprio marxismo e da escola francesa dos Annales, voltando-se para uma história social progressivamente mais cultural:

Desencantados com a rigidez e o economicismo de um marxismo ortodoxo, assim como rejeitando as velhas concepções positivistas de uma história factual, política e diplomática, a nova tendência passou a afirmar a não existência de verdades absolutas, marcando o recuo de uma posição cientificista herdada do século passado. Estimulando novos olhares e abordagens com a realidade, em uma e outra vertente, a história social dos anos 60 e 70 restabeleceu o "ofício do historiador". Como um mestre da narrativa, este é alguém que, munido de um método, resgata da documentação empírica as "chaves" para recompor o encadeamento das tramas sociais. No decorrer dos anos 80, a história social desembocou na chamada "nova história cultural", que passou a lidar com novos objetos de estudo: mentalidades, valores, crenças, mitos, representações coletivas traduzidas na arte, literatura, formas institucionais. (PESAVENTO, 1995, p. 12-13).

O questionamento do paradigma cartesiano e da Verdade atingia, finalmente, os historiadores. As transformações que se seguiram no *métier* historiográfico nos conduziram a pesquisas mais relacionadas ao universo do simbólico e da representação do ser humano – afinal, o objeto da História –, bem como a escrita e recepção da disciplina. Muitos historiadores voltaram-se da história social e suas estruturas para a história das mentalidades e as atitudes e representações coletivas, "resgatando as complexas mediações entre a concreticidade da vida real dos homens e as representações que os mesmos produzem de si e do mundo" (PESAVENTO, 1995, p. 14).¹

A história das mentalidades, como ficou conhecida essa nova corrente historiográfica, contudo, sofreu ataques alegando-se a falta de consistência teórica e a intangibilidade do objeto – definia-se mais por exclusões do que afirmações. Os próprios historiadores que a praticavam assumiam essa falta de solidez teórica. Tal reconhecimento ensejou um esvaziamento progressivo do campo e consequente adoção de um outro conceito – e outro campo para as pesquisas. Emergem daí os debates envolvendo o imaginário. Deve-se ressaltar que ao mesmo tempo "em que se coloca como tributário do alargamento de problemas suscitados pelas mentalidades, o conceito de imaginário distancia-se visivelmente da frágil construção teórica proposta para aquele" (ESPIG, 1998, p. 161).

¹ A historiadora vale-se das formulações de Michel Vovelle contidas em *Ideologias e mentalidades* (São Paulo: Brasiliense, 1987).

Bronislaw Baczko (1985, p. 24-26) acredita que os imaginários sociais enquanto objeto de estudo surgiram a partir da fragmentação daquilo que denomina discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade. A negação destes grandes modelos de análise – que ficou conhecida como *crise dos paradigmas* – suscitou interesse justamente aos objetos até então negados pelo racionalismo cientificista, tal como a imaginação, a fantasia, a sensibilidade; na historiografia, principalmente a representação. Segundo Jacques Le Goff (1985 apud PESAVENTO, 1995, p. 15), representação é ligada ao processo de abstração e é a tradução mental de uma realidade exterior percebida pelo sujeito. O imaginário faz parte deste campo – é expressão do pensamento –, manifestando-se através de imagens e discursos que pretendem dar uma definição/sentido à realidade: "o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente" (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Os críticos desta nova abordagem, defensores do "paradigma moderno", afirmam que estas investigações não trabalham com o *real*, prendendo-se em evanescências, ainda, intangíveis. Em resposta, o conceito de imaginário ampliou a concepção da realidade ao extrapolar as fronteiras do concreto: o imaginário é um *real mais real* que o *real concreto*²:

(...) a sociedade constrói a sua ordem simbólica [através da relação entre significantes: imagens, palavras, e significados: representações, significações], que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim uma sua representação), por outro lado é também uma outra forma de existência da realidade histórica... Embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real, é por seu turno um sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nesta medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real. (PESAVENTO, 1995, p. 16)

Nas palavras de Tânia Swain (1994, p. 52), "o imaginário formula o real e pelo real é trabalhado, num constante movimento de circularidade". O aspecto imaginário é parte fundamental de qualquer sociedade humana à medida que estas representações coletivas são o que estabelece uma identidade, suas divisões internas, legitimam o poder constituído, concebem modelos de comportamento aos membros:

Ao construir uma representação social da realidade, o imaginário passa a substituir-se a ela, tomando o seu lugar. O mundo passa a ser tal como nós o

² A expressão genial é de Sandra Jatahy Pesavento.

concebemos, sentimos e avaliamos. Ou, como diria Castoriadis, a sociedade, tal como tal é enunciada, existe porque eu penso nela, porque eu lhe dou existência – ou seja, significação – através do pensamento. (PESAVENTO, 2006, p. 3).

O caminho entre Literatura e História é percorrido nestas trilhas do imaginário. Compreende-se que a literatura é "além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo" (MENDONÇA; ALVES, 2003, p. 2). A literatura é fonte para a história através da narrativa do escritor, e daquilo que pretendeu representar, reinventar, interpretar e através do qual se denuncia e denuncia seu tempo histórico. Desta forma, a obra literária é um caminho privilegiado para o acesso ao imaginário de outras épocas, tanto pelo sujeito-escritor que a concebeu e a obra em si, quanto pelo contexto histórico no qual o discurso foi elaborado.

A utilização da Literatura enquanto fonte pela História deve levar em conta, principalmente, o caráter ficcional do texto literário. A narrativa da literatura é o terreno privilegiado das figuras de linguagem, logo, sua fala é cifrada. Esta natureza, ao mesmo tempo em que dificulta o trabalho do historiador em seus objetivos de alcançar o real acontecido, desvela novas possibilidades através de imagens sensíveis do mundo, o *drama humano*. Cabe ao historiador que utilizar uma obra literária como fonte decifrar esses códigos literários, embrenhando-se na "verdade do simbólico" que se expressa de forma metafórica e alegórica, como uma outra forma de se atingir a vida humana – ao fim, o grande objetivo de ambas. A verdade documental da ficção literária não está no fato de revelar a existência real de personagens e fatos narrados – o que circunscreveria sua utilização às escolas literárias realistas. A literatura revela e insinua suas verdades (da representação e do simbólico) justamente através dos fatos que cria, ficciona: "Tais fatos narrados não se apresentam como dados acontecidos, mas como possibilidades, como posturas de comportamento e sensibilidade, dotadas de credibilidade e significância" (PESAVENTO, 2006, p. 8).

Dentro destas possibilidades, este trabalho elegeu duas obras literárias para apreciação, que têm como ponto em comum a utilização de um evento histórico como cenário de desenvolvimento da trama. É importante ressaltar que se almeja compreender a representação que os autores fazem do evento, analisando cada obra diante do *real concreto* que ela reinterpreta. As obras inspiram-se na História, nos dias onde ocorreu no Rio Grande do Sul – e no Brasil – a chamada Campanha da Legalidade, liderada pelo

então governador do Estado, Leonel Brizola, em fins de agosto e início de setembro de 1961.

Mês de cães danados, de Moacyr Scliar, e *Pedro e Lia*, de Antônio Carlos Resende, foram publicadas em 1977 e 1981, respectivamente.

O laureado Scliar narra a história de um mendigo que vive (sobrevive) na Rua da Ladeira (General Câmara) em Porto Alegre. Em troca de algumas moedas, Mário Picucha relata uma espécie de autobiografia a um interlocutor mudo ao qual denomina Paulista. Através de suas memórias, narra sua infância na estância do pai, a adolescência na casa da tia solteirona em Pelotas e faz a crônica de como acabou decaindo – durante a Legalidade – e tornando-se aquele pitoresco ser, debaixo de um poncho. Percebe-se imediatamente que a personagem principal é uma metáfora gritante para a história do Rio Grande do Sul.

O não-tão-laureado-assim Resende não foge à temática constante em todas suas obras. *Pedro e Lia* é a história de um amor alucinado entre as personagens que dão nome à obra – e se conheceram durante o Movimento da Legalidade. Narrado em terceira pessoa, em tons muito mais realistas, faz o retrato das preocupações de um grupo intelectualizado e politicamente participante daqueles anos 1960 – mais precisamente a geração com menos de 30 anos.

Dessa forma, o trabalho desenvolve-se em dois capítulos. Um primeiro, dedicado à revisão bibliográfica sobre a Campanha da Legalidade. E um segundo, onde as obras serão humildemente interpretadas.

O MOVIMENTO DA LEGALIDADE

Ninguém entendeu. Concorrendo por uma legenda partidária sem expressão, com uma infame campanha representada na vassourinha da idoneidade, Jânio Quadros foi eleito presidente com uma votação espantosa, a maior que o Brasil já havia visto em sua história republicana até então: 5 636 623 brasileiros. Ou seja, 48% da população acreditou no professor de português que já havia sido vereador, prefeito, deputado e governador. Talco nos ombros, sanduíches de mortadela, injeções em público, ternos puídos, faziam parte da *mise-en-scène* que convenceu o eleitorado.

Ninguém entendeu. Sete meses foram tempo suficiente para aquele mesmo Jânio Quadros perceber que *forças terríveis* agiam em torno do Palácio do Planalto, que, se levantando contra ele, sorrateiramente tramavam contra sua administração. Antes dele, apenas Deodoro da Fonseca, justamente o primeiro, havia desistido. Não fosse o contexto, o senhor com os óculos de grossas lentes e conjugações verbais perfeitas daria lugar a seu vice, tranquilamente. O caminho natural da Constituição democrática de 1946, ainda em vigor. Não fosse o suicídio de um presidente, a tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek e um vice-presidente do PTB.

As disputas políticas que emergiram com o fim do Estado Novo acirravam-se num crescendo. A democracia que havia nascido pelas mãos de Getúlio Vargas – principalmente por criar dois dos partidos políticos protagonistas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acomodando os amplos setores sociais que o haviam apoiado – cambaleava. O tempo para a consolidação das novas instituições democráticas ainda era pouco – e foi pouco, menos de vinte anos.

Sete anos antes da renúncia de Jânio, Vargas assinava seu legado político com o próprio sangue, poeticamente, encostando um revólver ao peito e puxando o gatilho. Na Carta Testamento, registrou por escrito uma síntese de suas diretrizes políticas. Por trás daquele ato estava a disputa por modelos de desenvolvimento para o país, que então conjugava crise econômica à crise política, em um mundo ainda se reconstruindo após a Segunda Guerra Mundial e ideologicamente polarizado pela Guerra Fria.

O principal grupo de pressão que levou ao ato extremo do presidente era composto por uma aliança entre setores da sociedade civil – Carlos Lacerda, como

principal liderança – e a ala mais conservadora das Forças Armadas, principalmente a Aeronáutica. Chegaram, inclusive, a exigir renúncia imediata em manifestos. O último grande ato político de Getúlio desencadeou uma reação popular que espantou os conspiradores: seu velório teve a presença de mais de 50 mil pessoas. A turba apedrejou a sede de jornais opositores e a embaixada norte-americana. Lacerda fugiu do país exilando-se na Cuba de Fulgêncio Batista. A sombra de Vargas e do trabalhismo tornou-se ainda maior depois daquele tiro no coração – grande o suficiente para despertar a ojeriza de muitos, e forte o bastante para intensificar as disputas em torno do poder de Estado. E quando se trata de alcançar o poder, as instituições e os meios pouco importam. Os golpistas continuaram agindo. O próximo alvo seria o novo presidente eleito.

Juscelino Kubitschek elegeu-se em outubro de 1955 com 35,6% dos votos, tendo como vice o ex-ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, na tradicional aliança PSD-PTB – Jango, por sinal, teve quase meio milhão de votos a mais do que o presidente. Os conspiradores passam a alegar que JK não havia sido eleito por maioria absoluta, e por isso não deveria assumir. Mesmo sendo um argumento sem sentido diante da Constituição vigente, parecia que iria funcionar, principalmente entre as Forças Armadas. Mas no meio do caminho havia um Ministro da Guerra. Diante de uma insubordinação não punida – referente a JK –, o marechal Lott entregou o cargo. O substituto é indicado com eficiência impressionante, o que o irrita mais ainda. Inconformado, Lott volta ao ministério, conclama os principais comandos à defesa do regime constitucional, põe tropas na rua e prende seu substituto. Os golpistas – inclusive o presidente interino, Carlos Luz – falham novamente e são expulsos do porto de Santos a tiros de canhão. Luz é impedido de reassumir a presidência e decreta-se o estado de sítio para a posse do novo presidente (CAROS AMIGOS, 2007, p. 45).³ Lott iniciava sua carreira como legalista.

Nas eleições de 1960, as disputas políticas polarizaram-se mais ainda. O PSD perdia força, e o PTB crescia. Inebriada pela possibilidade de atingir o poder, a UDN enxergou a oportunidade de utilizar as armas do inimigo, aliando-se ao candidato

³ A coleção *A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos* foi editada pela revista *Caros Amigos* ao longo de 2007, em fascículos quinzenais. Compreende todo o período que vai do golpe em março de 1964 (e seus antecedentes) à posse de José Sarney em março de 1985, valendo-se de bibliografia especializada, fontes primárias da época – como jornais e revistas –, e entrevistas com protagonistas dos acontecimentos.

caricadamente populista, Jânio Quadros. O governo lançou o marechal Lott – que acabou tendo apenas 28% dos votos. "Já para vice-presidência deu-se uma situação distinta, principalmente porque os partidos que apoiavam Jânio apresentaram candidatos diferentes: Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (PDC)". Esta situação de duplo apoio à vice-presidência, e também pelo fato de a UDN pleitear mais espaço na chapa, fez com que Jânio renunciasse à sua candidatura, voltando a reassumi-la somente depois de ter sido desobrigado, publicamente, de qualquer compromisso com os partidos que o apoiavam. "Foi a primeira renúncia de Jânio, usada como estratégia para obter maior poder, o que viria a ser tentando novamente, mas sem sucesso, quando já estava na Presidência da República" (FELIZARDO, 1988, p. 16). Jango venceu o candidato a vice da UDN, mas teve menos votos do que a eleição anterior, e perdeu no Rio Grande do Sul para Fernando Ferrari, petebista dissidente (MARKUN & HAMILTON, 2001, p.15).

Os setores políticos conservadores satisfizeram-se com a vitória de seu candidato ao Executivo. João Goulart incomodava, mas, era vice, demonstrava relativa perda de prestígio junto ao eleitorado e, quem se importa com o vice-presidente? Os golpistas acalmaram-se, pois vias democráticas – legítimas – haviam funcionado. Tudo azul nos céus acima do recém-inaugurado Palácio do Planalto.

1.1 O governo de Jânio Quadros e a renúncia.

Com o resultado da eleição o Brasil passou a viver uma condição, no mínimo, *sui generis*. Seríamos, a partir de 1961, governados por um presidente que havia sido eleito vociferando contra os "populistas" fraudulentos, a imoralidade, a corrupção: todos os vícios da política institucional brasileira. E, paradoxalmente, por um vice-presidente representante de toda essa tradição tão nefasta, encarnada na habitual aliança PSD-PTB.

Ao mesmo tempo, a eleição presidencial não foi acompanhada por uma renovação no Congresso Nacional. Dentro do modelo político brasileiro, para implementar um programa de governo, o Executivo precisa ter amplo apoio do Legislativo. Caso contrário, ou a gestão emperra, ou nasce o *mensalão* – com o perdão do anacronismo. Os partidos que haviam apoiado a candidatura de Jânio Quadros eram minoria: PSD e PTB, juntos, somavam mais de 60% dos parlamentares (LABAKI,

1986, p. 23). Dessa forma, faltava a necessária base para implementação de seu projeto de governo. O caminho tradicional nos labirintos do Estado brasileiro seria uma paciente articulação nos bastidores do Congresso, buscando maioria, e usando o vice-presidente como emissário – a relação entre os dois, inclusive, demorou a se consolidar. Mas Jânio não era um político tradicional, essa não foi sua escolha. Assumindo o poder, procurou centralizar toda e qualquer decisão em suas mãos, governando através de curiosos e informais bilhetinhos enviados a todos os seus subordinados. Essa característica personalista já havia sido exposta durante a campanha para a presidência, quando propagandeou sua identidade pautada na independência em relação a partidos e coligações.

A estratégia de colocar-se acima das regras do jogo político havia funcionado durante toda carreira de Jânio Quadros até então – e a insistência nesse caráter pode ser um dos fatores que explicam a renúncia. Para todos os cargos aos quais fora eleito, sempre concorrera por legendas pequenas, à exceção da eleição para deputado federal pelo Paraná, em 1958, quando concorreu pelo PTB. E sempre ganhava. A vertiginosa carreira, que o levou de vereador a presidente da república em menos de quinze anos, fundamentou-se, entre outras coisas, nessa pretensa capacidade de administrar apesar dos outros, à margem da "grande política". Contudo, a estratégia até então exitosa demonstrou não ser mais eficaz. Assumindo, já nas primeiras semanas de governo Jânio começou a desagradar a maior parcela daqueles que haviam apoiado sua candidatura.

O estilo centralizador aparecia em seu método. Através dos famigerados memorandos – a designação "bilhetinhos" foi criada pela oposição –, queria resolver a crise política e econômica do país, ignorando os ministros e o Legislativo. O ministério formado por JQ, inclusive, era uma grande mistura de "conservadores ligados à burguesia associada ao capital internacional, ocupando os principais cargos econômico-financeiros", "políticos igualmente provincianos sem qualquer expressão nacional", alguns colaboradores desde os tempos de São Paulo e "uma única esperança de ares novos": Afonso Arinos de Mello Franco, senador udenista empossado como ministro das Relações Exteriores, prometendo uma "política externa independente" (LABAKI, 1986, p. 31). Quanto aos ministros militares, apoiou-se na porção mais conservadora das Forças Armadas. No ministério do Exército, manteve o general Odílio Denys, que vinha desde o governo JK, substituindo o marechal Lott que concorrera à presidência contra o próprio Jânio. Para o ministério da Aeronáutica, o brigadeiro Grun Moss,

representante da forte ala lacerdista desta arma e ligado ao IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Outro lacerdista, o almirante Sílvio Heck, ficou responsável pela Marinha – o mesmo Heck que em 1955 havia se revoltado contra a posse de Kubitschek.⁴

Quanto ao Congresso, ficaram famosas suas desrespeitosas referências: segundo ele, o Parlamento era um "clube de ociosos". Apesar desse desprezo levado sem qualquer constrangimento a público, não houve uma oposição sistemática ou aguerrida dos parlamentares – excetuando-se alguns enfrentamentos (três, mais precisamente). O projeto de maior importância remetido pelo Executivo ao Congresso foi o da disciplinarização da remessa de lucros ao exterior, que seria votado apenas no governo João Goulart. Por outro lado, a moral e os bons costumes foram uma preocupação constante do poder Executivo, garantidos por uma série de medidas importantíssimas: proibiram-se jogos de azar; proibiu-se o biquíni na transmissão televisada dos concursos de *miss*; proibiram-se as rinhas de galo; proibiu-se o lança-perfume em bailes de carnaval. Uma plataforma de sua candidatura era mantida, ao menos.

No plano econômico, o governo que assumisse o poder na gestão posterior a Juscelino Kubitschek herdaria as consequências de seu plano desenvolvimentista. Cômico das medidas impopulares que o próximo presidente teria de tomar, JK não concorreu à reeleição e aconselhou o PSD a não lançar um candidato próprio:

(...) o esforço desenvolvimentista, apesar de bem sucedido, geraria a partir de 1958 uma crise econômica decorrente do endividamento externo e de um processo inflacionário. O modelo substitutivo entrava numa crise decisiva pela falta dos chamados bens de capital, pela inelasticidade do mercado de consumo e pelas crescentes reivindicações no plano da reforma social, com os trabalhadores rurais exigindo reforma agrária e os trabalhadores urbanos reclamando maiores salários para acompanhar o processo inflacionário (FELIZARDO, 1988, p. 14).

Assim, Jânio recebeu a herança *yin-yang* do Plano de Metas: a positiva, com um país mais estruturado, com mais estradas, rede de energia ampliada, novos produtos industrializados, uma nova capital de arquitetura vanguardista e uma euforia de consumo crescente; e a negativa: a crise da dívida externa que quase dobrou em cinco anos, a inflação que corroía o salário mínimo estagnado e a escassez de empréstimos

⁴Labaki cita René Dreyfuss (1964: *A Conquista do Estado*, p. 127), argumentando que grande parte dos outros cargos importantes da hierarquia militar foram preenchidos por militares diretamente ligados à Escola Superior de Guerra, como Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo da ESG, chefiando o Gabinete da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional.

internacionais. Em agosto de 1959, JK rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Paradoxalmente – ou não –, quanto mais o país se industrializava, mais ficava dependente; quanto mais enriquecia, mais concentrava renda. Os investimentos de um período de prosperidade transformaram-se numa fardo econômico-financeiro pesado.

A principal medida da equipe econômica de Jânio para barrar o crescimento da inflação e o equilíbrio dos cofres públicos foi a Instrução 204, que estabelecia a chamada "verdade cambial", desvalorizando o cruzeiro em 100%: um dólar passou de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00 (LABAKI, 1986, p. 34). Se esta medida visava refrear o consumo, na prática, os diversos setores que dependiam de importações foram muito prejudicados, principalmente as pequenas e médias empresas que necessitavam do chamado *câmbio de favor* para importação, bem como dos créditos, que também foram reduzidos – isso abriu espaço para uma penetração ainda maior dos monopólios estrangeiros. Obviamente, o corte destes subsídios cambiais também afetou produtos essenciais que ainda eram importados, como trigo, papel e petróleo. O efeito imediato desta política foi o aumento do custo de vida (transportes e alimentação), atingindo diretamente a classe média – com uma redução da euforia consumista vivida no período JK – e os assalariados mais humildes, "que contribuíram para a estabilização através da contenção forçada de salários [para estes] a chamada política *deflacionária* de Jânio não diferia em nada da inflacionária que tanto combatera" (FELIZARDO, 1986, p. 18).

A austeridade financeira defendida pelo FMI àquela época levou Juscelino a romper com o Fundo em fins de 1959. Não durou muito tempo, já que a matriz de desenvolvimento do Estado brasileiro dependia de empréstimos externos. O Ministro da Fazenda de Jânio, Clemente Mariani, obteve em maio e junho de 1961 a renegociação de nossa dívida externa e a garantia de novos financiamentos junto ao governo dos Estados Unidos. A administração de John Fitzgerald Kennedy depositava em Quadros uma grande confiança, pois a "política econômica, promovendo a reforma cambial, correspondia às expectativas do Fundo Monetário Internacional e dos meios financeiros de Wall Street". Os resultados:

O Fundo Monetário Internacional prorrogava vencimentos imediatos no total de US\$ 140 milhões e concedera novo crédito de US\$ 160 milhões. O Eximbank consolidara todos os empréstimos compensatórios no valor de US\$ 213 milhões, bem como o saldo de cerca de US\$ 92 milhões, relativos a financiamentos eventuais do balanço de pagamentos, e outro no valor de US\$ 10 milhões. O Governo de Washington fornecera um crédito de US\$ 70 milhões para compra de trigo. E os bancos privados norte-americanos não só

consolidaram dívidas de US\$ 210 milhões como ainda emprestaram ao Brasil mais de US\$ 48 milhões (CASTILHO CABRAL, 1962, p. 300-301 apud BANDEIRA, 1979, p. 12).

Percebe-se que a situação econômica em crise não seria resolvida, mas também não era irreversível ou tão catastrófica. Naqueles tempos de Guerra Fria, a renegociação das dívidas dos países subdesenvolvidos junto ao maior credor mundial, os Estados Unidos, eram facilitadas e incentivadas, pois a melhor forma de demonstrar a superioridade do capitalismo em relação ao socialismo era, justamente, o desenvolvimento de alguns países estratégicos da periferia do sistema. Era a Aliança para o Progresso. Contudo, tratando-se de Jânio Quadros, sempre há um porém. Mesmo beneficiando-se dos empréstimos e investimentos americanos, o governo adotou a Política Externa Independente, doutrina firmemente defendida pelo ministro Afonso Arinos, que previa relações com todos os países do mundo que "manifestem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social", segundo as palavras do próprio chanceler.

Não há como negar que essa política inaugurou uma nova fase em nossas relações com os demais países do mundo. O Brasil então se libertou um pouco das fortes influências norte-americana e portuguesa em suas relações internacionais, procurando contatos maiores com países semelhantes: subdesenvolvidos. A África e os "socialistas", em especial. Jânio restabeleceu os laços com a União Soviética e a China, organizando para este fim três missões comerciais (LABAKI, 1986, p. 34-5).

Em clima de Guerra Fria, esta política, mesmo visando ampliar os parceiros comerciais do Brasil, não foi bem vista pelos setores mais conservadores do país (BANDEIRA, 1979, p. 16).⁵ O que mais marcou a opinião pública nacional foram as relações com a, então recente, Revolução Cubana. Jânio recusou o convite do ex-embaixador norte-americano Adolf Berle Jr. para apoiar a tentativa de invasão que ficou conhecida como o incidente da Baía dos Porcos. Apesar de anticomunista, no dia 18 de agosto condecorou com a Grã Ordem do Cruzeiro do Sul – uma das maiores honrarias do Estado brasileiro – o guerrilheiro Ernesto Guevara, o Che. A justificativa era humanitária: a pedido de Jânio, Che salvou do fuzilamento vinte sacerdotes que

⁵ Moniz Bandeira, utilizando-se de vários memorandos e correspondências entre o Brasil e os Estados Unidos, defende que, na verdade, a suposta independência na política externa procurava, "de um lado, extorquir maior auxílio financeiros dos Estados Unidos e, do outro, adormecer a esquerda brasileira, enquanto executava um programa econômico e financeiro em favor do grande capital e dos interesses estrangeiros". A Política Externa Independente seria, então, mais uma manobra ardilosa de Jânio Quadros para colocar-se no meio-termo e fortalecer seu poder pessoal.

buscavam exílio. A argumentação foi irrelevante e a repercussão, terrível: a imprensa conservadora vociferou, ocorreram manifestações de parlamentares em repúdio no Congresso e militares devolveram suas condecorações (CAROS AMIGOS, 2007, p. 54).

Cada vez mais, Jânio isolava-se e descontentava a todos. As medidas de reorganização econômica para conter a inflação desagradavam a esquerda e os nacionalistas. A Política Externa Independente desagradava a direita e os conservadores, dentre estes, a UDN. Com as ações tomadas pelo presidente, o maior partido que apoiou sua candidatura logo percebeu que Jânio na presidência não significava UDN no poder: mesmo contando com alguns ministérios, continuava afastada das decisões fundamentais. Ao "ônus da identificação como partido no governo não acompanhavam as tradicionais benesses do poder (cargos, influência nas decisões, etc.)" (LABAKI, 1986, p. 37). Os udenistas insatisfeitos enxergaram na condecoração de Guevara o limite. À frente, o governador da Guanabara.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda possuía o sugestivo epíteto de "demolidor de presidentes". Em 1954, foi o maior líder da crise que levou ao suicídio de Vargas; em 1955, do golpe frustrado contra JK. Depois de um flerte juvenil com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Lacerda tornou-se um dos maiores líderes da direita udenista. Seu discurso político é até hoje identificado com o da própria UDN: antigetulismo, anticomunismo, moralismo, antinacionalismo (LABAKI, 1986, p. 38). Vinculando sua brilhante oratória através dos meios de comunicação – era dono do jornal *Tribuna da Imprensa* –, Lacerda sabia como poucos jogar com os medos da classe média e dos setores conservadores da sociedade. Aproveitando-se das vozes que se erguiam contra Jânio⁶, liderou através da imprensa uma campanha contra o presidente. Percebendo que não poderia utilizar os mesmos argumentos envolvendo a corrupção do governo – como havia feito com Getúlio e Juscelino –, Lacerda investiu, inicialmente, na pretensa "comunização" do país devido às relações com Cuba e a aproximação com URSS.

⁶ "Brandaram contra [a política externa independente de Jânio-Arinos] as porções mais conservadoras e reacionárias da imprensa (jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna de Imprensa*), dos partidos (dos grandes, apenas o PTB o apoiou sem restrição), da Igreja Católica (o próprio presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, dom Jaime Câmara, reprovou a reaproximação com a URSS) e do empresariado (CONCLAP, *idem*). Além, é claro, da tradicional apreensão na área militar. Do exterior, os EUA fizeram chegar até aqui seu desencanto, através de seu embaixador John Moors Cabot." (LABAKI, 1986, p. 38).

Os ataques na imprensa passaram a ser quase diários. Lacerda e Jânio chegaram a se encontrar, nos dias 18 e 19 de agosto, no Palácio da Alvorada e das Laranjeiras, respectivamente. As versões sobre o que foi discutido e o que aconteceu até hoje são conflitantes. Importante é ressaltar que, a partir destas reuniões, Lacerda passou a sustentar que havia sido convidado pelo ministro da Justiça, Pedroso Horta, a pedido de Jânio, para participar de uma "reforma institucional" conduzida pelo Executivo, fechando o Congresso e contando com o apoio dos três ministros militares. Na semana seguinte, Lacerda dedicou-se a contatar lideranças políticas e militares, informando e procurando confirmar o pretense golpe – na mesma semana em que Guevara foi condecorado. Na noite do dia 24 de agosto – aniversário da morte de Getúlio – o governador da Guanabara realizou uma transmissão conjunta de rádio e televisão anunciando a todo país o ímpeto golpista de Jânio Quadros (LABAKI, 1986, p. 39-42 passim).

Lacerda conseguiu novamente. Suas palavras implodiram a já frágil condição em que o presidente se encontrava. Durante a madrugada, o Congresso ferveu em uma sessão extraordinária. Na manhã seguinte, Jânio da Silva Quadros renunciava à Presidência da República Federativa do Brasil.

Os motivos reais da renúncia permanecem no terreno das incertezas e conjecturas. Por mais que a suposta denúncia de Lacerda tenha causado comoção, não pode ser tomada como a razão principal. A maioria dos autores defende a tese de que o plano de Jânio era ser reconduzido ao poder pelas "massas populares" desejando a volta diante de seu ato, numa manobra para aumentar seus poderes. Joaquim Felizardo (1988, p. 19) acrescenta que ainda contava com uma possível não aceitação por parte do Congresso, supondo que os parlamentares e as Forças Armadas temeriam a agitação popular, bem como impediriam a posse de João Goulart, herdeiro do getulismo/trabalhismo mais à esquerda.

Segundo Amir Labaki (1986, p. 43-48), a denúncia de Lacerda representou o ápice da campanha anti-Jânio. O autor endossa a tese das intenções frustradas, enumerando os porquês. Em primeiro lugar, a personalidade autoritária e a instabilidade emocional, bem como o fato de já ter usado o artifício da renúncia durante a campanha, quando descontentado diante da indicação de seu vice pela UDN – o ministro Pedroso Horta, inclusive, afirmou que Jânio ameaçara renunciar à presidência meses antes.

Segundo, a admiração por líderes políticos que já haviam utilizado o mesmo estrategema visando os mesmos fins, como Fidel Castro, Gamal Abdel Nasser e Juan Perón. Terceiro, o envio estratégico de Jango para um país comunista é visto por muitos como uma das peças mexidas por Jango na trama – este argumento ganhou força com as palavras de Afonso Arinos, dizendo em seu livro de memórias que recebeu um telefonema de Jânio no dia anterior à renúncia perguntando onde estava o vice; diante da resposta (Hong Kong) teria ressaltado "é longe", e se despediu. Por fim, a renúncia deu-se numa sexta-feira, dia em que Brasília está vazia; Jânio teria contado com a falta de quórum parlamentar para dar tempo suficiente ao pretense movimento popular que exigiria seu retorno – Labaki cita o livro de memórias de Victorino Freire, cacique do PSD, que teria tido um estranho encontro com Pedroso Horta na tarde da renúncia.⁷

Após renunciar oficialmente, Jânio Quadros rumou para a base militar de Cumbica, acompanhado da esposa e da mãe. Recebeu amigos e companheiros políticos, muitos, inclusive, ainda tentaram dissuadi-lo da decisão. O que se sucedeu depois, também, está envolto na incerteza dos testemunhos de quem presenciou as cenas. Alguns alegam que Jânio acreditava piamente que iria retornar à presidência, senão agora, em breve; outros, que após receber a notícia de que o Congresso já havia tomado conhecimento e se preparava para a posse de Mazzilli (presidente da Câmara dos Deputados), desmaiou, chorou e entrou em pânico. Certo é que Jânio morreu sem pronunciar-se claramente sobre o episódio, sempre desconversando ou usando frases dúbias. O homem tinha estilo.

1.2 O impedimento de Jango e o início do golpe.

João Belchior Marque Goulart era sul-rio-grandense. Nasceu em 1919 no município de São Borja-RS. Primogênito de oito irmãos em uma família de estancieiros, com a morte do pai, em 1943, assumiu 14 mil hectares e 30 mil cabeças de gado. Tornou-se amigo de Getúlio durante o "exílio" deste na estância Itu, entre 1945 e 1951.

⁷ "[O] ministro (Pedroso Horta) comentou comigo que, certamente, a renúncia não seria apreciada naquele mesmo dia pelo Congresso, pois, sendo uma sexta-feira não deveria haver quórum para a sessão. Respondi-lhe que estava enganado, pois, devido à crise (...) o Congresso estava em peso em Brasília para ver qual seria o desfecho da história. Pedroso Horta empalideceu e, sem mais uma palavra, tomou o elevador'. Depoimento semelhante foi-me dado pelo sr. Cláudio Abramo. Para citar apenas mais uma opinião concordante, lembro a do veterano pessedista Amaral Peixoto (*História Vivida*, vol I." (LABAKI, 1986, p. 46).

Vargas viu em Jango um líder nato, pela "forma amigável e simples de falar com os humildes, e o empurrou para a política". Elegeu-se deputado estadual em 1947 (CAROS AMIGOS, 2007, p. 81). Sua trajetória política ganhou dimensão nacional apadrinhado por Vargas, assumindo o Ministério do Trabalho em 1954. Foi vice de JK (1955) e de Jânio (1960).

Além da óbvia influência de Getúlio, principal expoente dentro do partido, houve também outro nome, Alberto Pasqualini, cujas proposições ganharam maior difusão exatamente na fase em que Jango ingressou na política e se consolidou como liderança trabalhista (NEVES, 2001, p. 163). Segundo a historiadora Maria Aparecida Aquino, Jango era um "burguês rebelde", na medida em que procurou diminuir as desigualdades sociais e foi coerente em sua trajetória política, contra o "capitalismo selvagem", desejoso de "um país menos desigual, mais igualitário". Este projeto político manifestou-se durante sua gestão como Ministro do Trabalho – e descontentou muita gente, principalmente pela grande ligação que possuía com os sindicatos. Ao mesmo tempo em que ampliava sua carreira política para o âmbito nacional, enfrentava a oposição de antigetulistas ferrenhos – suas ideias eram considerados "socialistas demais".

Com a renúncia de Jânio, este era o homem que deveria assumir a presidência da República. No entanto, Jango estava em viagem a China comunista, e sua ausência abriu espaço para aqueles que não viam com bons olhos sua ascensão organizarem a reação. Se o suposto plano de renúncia de Quadros incluía os desafetos de seu vice junto aos setores políticos mais conservadores como um dos fatores capazes de reconduzi-lo ao poder, ele estava correto. Mas havia outros querendo a poltrona presidencial.

Dois motivos principais, umbilicalmente entrelaçados, embasavam as atitudes daqueles que não queriam João Goulart na presidência. O primeiro era o fato de ter sido (re)eleito pela chapa da situação, acabando com as esperanças dos opositores à clássica aliança PSD-PTB. A segunda, de origem ideológica: por ser "líder trabalhista e mentor do sindicalismo e da autodeterminação, Jango estava bem próximo das esquerdas, o que desagradava às forças conservadoras, lideradas pelos ministros militares e por outras figuras proeminentes do poder nacional" (SILVA, 1989, p. 16). A desconfiança dos militares vinha desde os tempos à frente do Ministério do Trabalho. Acusado, entre muitas outras coisas, de tentar lançar "as bases para uma república sindical" – e quem

não era acusado disso à época? –, Jango foi praticamente deposto do ministério pelo Manifesto dos Coronéis, em 1954. Dessa forma, queria-se impedir Jango de assumir por ser Jango: o maior nome do trabalhismo depois de Vargas.

As movimentações se desenvolveram rapidamente. Os ministros militares ouviram a renúncia do próprio Jânio, e declararam prontidão em todo país a partir das 10 horas do dia 25 de agosto. Na Câmara Federal, os debates entre os parlamentares circulavam em torno da convocação do próprio ministro da Justiça e de Carlos Lacerda para esclarecimento das declarações deste na noite anterior, via rádio e televisão. Seguindo recomendações do renunciante, o ministro da Justiça, Pedroso Horta, comunicou ao presidente do Congresso somente às 14h30min. Ao contrário do imaginado, os parlamentares apenas tomaram conhecimento da renúncia, recebendo-a como fato consumado, e empossando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como presidente interino. Mesmo com o impacto inicial desconcertante, nas altas esferas políticas passou a reinar uma estranha calma naquele final de tarde do dia 25. Uma das manchetes do *Jornal do Brasil*, inclusive, foi: "Posse tranquila de Goulart é o pensamento dos chefes militares" (BARBOSA, 2002, p. 20-39 passim). Eram os ventos que anunciavam a tormenta.

O mesmo *Jornal do Brasil*, no dia seguinte, sábado, estampa em sua capa: "Denys disposto a impedir a posse de Jango" (BARBOSA, 2002, p. 39). Ainda eram boatos, mas os blocos, a favor e contra a posse, começavam a se formar com mais clareza. O ministro Denys procurou despistar e distribuiu declarações contemporizadoras, assim como Lacerda, que também amenizou a possibilidade de um golpe. Contudo, o marechal Henrique Teixeira Lott, utilizando de seus contatos dentro das Forças Armadas, foi um dos primeiros a receber a confirmação das intenções golpistas, no próprio dia da renúncia. No dia 26, entrou em contato com vários líderes políticos e militares, inclusive Denys. Não obtendo sucesso, redigiu um manifesto, onde reiterava sua posição legalista, apelando especialmente às Forças Armadas para que se defendesse a Constituição. Sabendo da relevância e prestígio de Lott, o marechal Denys ordenou que o prendessem imediatamente (LABAKI, 1986, p. 58).⁸ Tornou-se impossível esconder as reais intenções dos ministros militares. Começava o entrevero.

⁸ O autor cita ainda que boa parte da fração "nacionalista" das Forças Armadas, que tinha em Lott sua principal liderança, também foi detida. Quanto aos civis, organizou-se uma "guerra psicológica" para difundir informações falsas. Em diversas capitais, houve repressão e violência contra manifestações de

1.3 A resistência vem do Sul.

De passagem por Cingapura, foi lá que João Goulart, no início do dia 26, tomou conhecimento da renúncia de Jânio Quadros. O senador petebista Barros de Carvalho, um dos membros da comitiva, à hora do café, trouxe uma champanha para brindar ao "novo presidente do Brasil". Jango sugeriu que o brinde fosse "ao imprevisível" (FELIZARDO, 1988, p. 21-22). Não alimentando sentimentos triunfalistas, sabia que a situação no país estava repleta de interrogações. Pressentia que sua posse não seria tão simples assim.

Enquanto isso, no território mais ao Sul daquele mesmo país no qual Jango deveria assumir o Poder, o governador do Estado iniciou uma série de telefonemas, buscando entender mais claramente o que estava acontecendo diante dos inúmeros boatos e alguns comunicados que circulavam no Palácio Piratini. O governador era Leonel de Moura Brizola, nascido em 1922 no município que hoje é Carazinho – antigamente distrito de Passo Fundo. Filho de pequenos agricultores, ainda criança viu o pai maragato ser trazido morto, no lombo de um cavalo, emboscado depois que a Revolução de 1923 já havia acabado.⁹ Viveu uma infância muito pobre, mudando-se para Porto Alegre, aos treze anos, a fim de concluir os estudos – sustentados por diversas profissões, como ascensorista, operário e engraxate. Durante o curso de Engenharia envolveu-se com a política partidária e filiou-se ao PTB, por apoiar a política social de Vargas. Trabalhou arduamente para a consolidação do partido no Rio Grande do Sul, liderando a juventude petebista. A partir de então, outra ascensão meteórica: elegeu-se deputado estadual, foi Secretário de Obras de Ernesto Dornelles (1952), deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador. Suas administrações sempre foram marcadas pelo incentivo à educação e "obras que fortalecessem a infraestrutura dos aparelhos produtivos". Governador, lutando pela ampliação da rede elétrica estadual, encampou legalmente a filial da Bond & Share, criando a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) – ações semelhantes foram tomadas na telefonia – o que fez com que seu nome ficasse conhecido nacional e internacionalmente. Ouvindo

apoio à posse de Jango. No estado da Guanabara, em especial, já no dia 26, houve censura aos órgãos de imprensa (inclusive com o fechamento de alguns), prisões de manifestantes, invasões de sindicatos e entidades estudantis, etc.

⁹ A Revolução de 1923 foi um movimento armado contra as sucessivas reeleições de Borges de Medeiros para o governo do Rio Grande do Sul. Cindiu o Estado entre chimangos (borgistas) e maragatos (oposicionistas liderados por Assis Brasil). Terminou com a assinatura do Tratado de Pedras Altas. Borges pôde permanecer até o final do mandato, mas a Constituição foi reformada, impediu-se as reeleições, a indicação de intendentess (prefeitos) e do vice-presidente do Estado.

os trabalhadores do campo – ignorados pela política trabalhista de Vargas –, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (INGRA). Entre os historiadores, é unanimemente tido como um dos políticos mais importantes da esquerda brasileira.¹⁰

Brizola era cunhado de Jango, e os dois cresceram politicamente unidos nas fileiras do PTB sul-rio-grandense. A questão também era pessoal. O governador entrou imediatamente em contato com o deputado petebista Ruy Ramos, pedindo que buscasse comunicação com o ministro Odílio Denys para elucidar o que realmente estava havendo. A resposta foi categórica: não concordava e não permitiria a posse de João Goulart. Estupefato, Brizola pede ao deputado que o ligue com o marechal Lott, que: "reafirmou a Brizola que faria um manifesto e iria agir contra o golpe. Aconselhou [-o] a falar com o general Machado Lopes e procurar contato com os generais Peri Bevilaqua e Oromar Osório", comandantes da 3ª Divisão de Infantaria do III Exército de Santa Maria, e da 1ª Divisão de Cavalaria de Santiago, respectivamente (BARBOSA, 2002, p. 47). Brizola assim o fez, e ambos os generais concordaram enfaticamente em defender a legalidade. O general Oromar, entusiástico, logo solicitou trens e caminhões, pois a sua divisão já estava "limpa e sobre rodas".

A apreensão de Brizola era compreensível. No dia 25, quando dos primeiros rumores, o governador entrou em contato com o general Machado Lopes, comandante do III Exército, o maior e melhor armado do país, que tinha (e tem) sob sua jurisdição os três estados do Sul. O general Lopes lhe respondeu: "Governador, não posso definir-me ainda. Sou apenas um soldado. Fico com o Exército".¹¹ Ligou para outros chefes militares; dentre os que o atenderam naquele dia, o mais ríspido foi o comandante do IV Exército, general Arthur da Costa e Silva, que interrompeu estupidamente a argumentação de Brizola, frisando que não concordava e não o atenderia mais. O

¹⁰ "Brizola, na época, defendia uma 'democracia social', definida segundo os mandamentos da carta-testamento de Vargas. Para alcançá-la, reformas estruturais seriam fundamentais, tendo como ponto de partida a revisão profunda de nossas relações com os EUA. (...) Para ele as reformas viriam. Democraticamente ou via insurreição popular. Mas seriam reformas dentro do sistema capitalista. Muitos procuraram taxá-lo – como elogio ou impropério – de comunista, ou, no mínimo, socialista (...) Outra importante característica de Brizola foi sempre seu fantástico poder de comunicação com as massas, usando uma linguagem simples, muito acessível". (LABAKI, op. cit., p. 68).

¹¹ Em depoimento ao jornalista Aducto Vasconcelos, Brizola declarou: "O diálogo, para mim, estava encerrado. Apenas cumpri, ainda, o dever de lealdade de dizer ao general Machado Lopes que se aquelas notícias se confirmassem, de minha parte e do governo do Rio Grande do Sul, ficaríamos com a Constituição. Em termos respeitosos, mas com escassas palavras, nós nos despedimos, encerrando aquela breve conferência telefônica. Desde então, senti-me impedido de fazer novos contatos pelo telefone com o comandante do III Exército. Daí por diante, suas palavras foram suficientemente claras e peremptórias". Citado por Joaquim Felizardo, p. 45.

governador despediu-se: "Não vou ligar mais. Mas ouça bem: estou vendo que o senhor nada mais é do que um golpista", e completou com um palavrão (BANDEIRA, 1979, p. 78).

Contando, então, com o apoio de alguns militares, e a negativa de outros, Brizola ainda não possuía força suficiente para insurgir-se. Reuniu-se com oficiais da Brigada Militar, expôs suas considerações e a determinação de resistir. Realizando uma assembleia, os oficiais decidiram apoiar a decisão do governador e oferecer suas armas à resistência. Em seguida, reuniu-se com a Assembleia Estadual. Os deputados de todos os partidos decidem apoiar a legalidade, comandados pelo deputado Hélio Carlomagno, do PSD, presidente da casa. A Câmara Municipal de Porto Alegre também se reuniu, decidindo ficar em sessão permanente, em apoio à legalidade. Com estas adesões o governador passava a ter o – imprescindível – apoio político e militar (BARBOSA, 2002, p. 48-49).

Mesmo liderado pelo "velho caudilho", há um aspecto quando se fala no Movimento da Legalidade absolutamente surpreendente: o movimento popular que o acompanhou. Ao mesmo tempo em que as notícias se espalhavam, desde os boatos iniciais envolvendo a renúncia de Jânio, uma inexplicável multidão de pessoas começou a se aglomerar em frente ao Palácio Piratini. A adesão popular, totalmente *espontânea*, como ressalta Labaki, espalhou-se por diversas cidades do Rio Grande do Sul, começando antes mesmo de Brizola iniciar seus pronunciamentos públicos:

As principais cidades do Estado literalmente pararam para acompanhar das ruas a evolução dos acontecimentos. Porto Alegre foi o centro da resistência. A Praça da Matriz, defronte ao Palácio Piratini, sede do governo estadual, era ocupada constantemente por milhares de pessoas, vinte e quatro horas por dia. Nos momentos de maior tensão ou importância, chegaram a se comprimir nela quase setenta mil pessoas. (LABAKI, 1986, p. 70).

No mesmo dia da renúncia, 25 de agosto, se constituiu o primeiro Comitê de Resistência Democrática, que foi o centro de inscrição de voluntários de todo Estado. O comitê central funcionou até a posse de João Goulart, ramificando-se em outros 400 semelhantes espalhados por bairros e locais de trabalho da capital e municípios do interior.¹² Durante os 12 dias da Legalidade, inscreveram-se mais de 100 mil

¹² Vivaldo Barbosa ainda relata um episódio curiosíssimo que ocorreu em Nonoai: "sob a liderança do então prefeito Jair Calixto, as milícias, preocupadas com a possibilidade de um ataque do Norte através do passo do Goioen, construíram armadilhas de pedras nas encostas dos morros que seriam acionadas

voluntários: entidades estudantis, sindicatos "associações comunitárias das mais diversas mobilizaram-se nos momentos iniciais da crise e, atendendo aos apelos do governador do estado, organizaram o mais notável movimento popular já registrado no Brasil" (BARBOSA, 2002, p. 84).

O governo, percebendo o empenho popular, cedeu o pavilhão de exposições (apelidado de "Mata-borrão"), que passou a funcionar como sede "oficial". Neste comitê, que funcionava 24 horas por dia, eram também recebidas as doações, já que a arrecadação de dinheiro foi evitada. Uma grande rede de postos de gasolina distribuiu vales para o abastecimento dos muitos veículos particulares que as pessoas deixavam à disposição da Legalidade – alguns, emprestados por oficiais legalistas da Brigada Militar. A sede e estes veículos, aliás, foram as únicas participações do governo no âmbito do movimento popular: "é importante frisarmos que tanto o Comitê do Mata-borrão quanto os outros que foram se formando, surgiram e se mantiveram independentemente do governo do Estado" (LABAKI, 1986, p. 72). Houve uma tentativa do Palácio de assumir o comando e controlar o movimento popular – que acabou não tendo sucesso. Ainda, artistas formaram o "Comitê de Defesa das Liberdades Democráticas", no dia 28, chegando a compor o Hino da Legalidade.

Tamanha adesão popular é um dos pontos mais instigantes ao se tratar da Legalidade. A participação da população civil – fator central para o sucesso do movimento – ou é romantizada, ou tomada como fruto do líder carismático trabalhista que Brizola foi – numa repetição do conceito clássico de "populista manipulador". Jorge Ferreira – num dos únicos textos acadêmicos encontrados dedicados ao tema – busca a explicação no campo do simbólico. Seguindo as orientações teóricas de Bronislaw Baczko, em *A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*¹³ o historiador elenca como tema central o conflito envolvendo os bens simbólicos necessários à legitimidade do poder:

Ao produzirem e manejarem um sistema de representações que traduziam a "melhor" legitimidade do poder, a ordem social "mais" racional e os "verdadeiros" interesses da Nação, os adeptos da posse de Goulart e seus adversários desencadearam um duro combate pela apropriação dos bens

contra as forças inimigas, despejando sobre elas tudo que se conseguisse empilhar. Uma ideia certamente surgida de algum apreciador de filmes de faroeste, que 'aquiriu' o *know-how* dos índios norte-americanos nas suas batalhas". (op. cit., p. 86).

¹³ O artigo foi publicado inicialmente na revista *Tempo* (Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182). Posteriormente, o artigo foi reproduzido na obra *Imaginário trabalhista* (2005). A versão aqui utilizada é a de 1997.

simbólicos que garantiam a autoridade política, bem como a intensificação de imagens, crenças e ideias que descreviam o futuro, grandioso ou sombrio, da coletividade. (FERREIRA, 1997, p. 5).

Esta disputa foi protagonizada por hábeis políticos na arte de utilizar os meios de comunicação para disseminar "ideias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, mobilizando-as e incitando-as a ações e atitudes de rebeldia em grande escala" (FERREIRA, 1997, p. 6) – não à toa, o maior símbolo do movimento foi a Rede da Legalidade.

Valendo-se do depoimento de alguns dos participantes civis, Ferreira dialoga com teóricos como Raoul Girandet, Georges Balandier e Mircea Eliade para encontrar o imaginário político por trás dos discursos. As invocações de mitos, arquétipos e imagens simbólico-religiosas atemporais e universais, nos discursos de Brizola, mesmo realizadas inconscientemente, acabaram *heroicizando* o jovem líder trabalhista:

[...] foi o governador Leonel Brizola aquele que estabeleceu imagens e representações que traduziram anseios, impulsos, adesões e entusiasmos coletivos. Ao exprimir uma visão coerente e completa do destino histórico, ele transferiu-se, simbolicamente, para o domínio do legendário, elevado ao patamar de Homem providencial, Guia, Salvador e, particularmente, Herói. (FERREIRA, 1997, p. 11).

O apoio da população deu-se devido ao grupo em torno de Brizola representar o mais legítimo nesta disputa simbólica de poder. Colocando-se como um mártir em prol da ordem da sociedade, o governador sacralizou-se através da abnegação. Os ministros militares e os civis liderados por Lacerda perderam, progressivamente, a representação de melhor opção, incapazes de "manejar os símbolos que garantiam a legitimidade do poder." (FERREIRA, 1997, p. 21) – o que se focalizou cada vez mais em Brizola e Machado Lopes.

1.4 A formação da Rede Nacional da Legalidade e o ápice da crise.

Se a Praça da Matriz era o centro onde a população se aglomerava para buscar notícias, dar apoio ou mesmo entender o que ocorria, o Palácio Piratini tornou-se uma fortificação digna das guerras mais encarniçadas. No dia 26, o destacamento Bento Gonçalves – a elite da Brigada Militar – levantou barricadas com sacos de areia e posicionou metralhadoras de grosso calibre em pontos estratégicos para a defesa do

Palácio¹⁴. Nesse mesmo dia, Brizola, divulgou um manifesto via rádio e imprensa escrita, intitulado "Ao Rio Grande e ao Brasil", onde defendia que o governo do Estado não pactuaria com golpes contra a ordem constitucional e solicitando o retorno urgente do vice-presidente ao país para "cumprir o seu dever".

O manifesto teve grande impacto, mas o pronunciamento realizado na madrugada ateou fogo tanto naqueles que se opunham quanto nos que apoiavam a Legalidade. Falando aos microfones das rádios Gaúcha e Farroupilha, Brizola afirmou: "Reagiremos como estiver ao nosso alcance. Nem que seja para sermos esmagados". Horas depois, ambas as rádios foram fechadas por ordens federais, em uma ação conjunta entre o DCT (Departamento de Correios e Telégrafos) e o III Exército. Na manhã seguinte, a notícia do fechamento chegou ao governador que, no mesmo instante, decidiu requisitar a Rádio Guaíba, paradoxalmente, a única que não havia retransmitido seu pronunciamento. O próprio secretário da Justiça, baseando-se na Constituição do Estado, alegou que o ato tinha fins de "preservar a autonomia do Estado" e "assegurar a ordem pública", um ato legal, portanto. Era importante não realizar nada fora da "legalidade".

Ao meio-dia, os equipamentos da Guaíba foram transferidos para o porão do Palácio Piratini. Surgia, naquele momento, um dos símbolos mais marcantes da Legalidade: sua rede radiofônica. Nos dias seguintes, nasceria a Rede Nacional da Legalidade, "graças à integração espontânea de outras rádios, inicialmente do Rio Grande do Sul, logo a seguir de todo país, à programação dos estúdios nos porões do Palácio" (LABAKI, 1986, p. 78). No auge, a Rede chegou a integrar 150 rádios, atingindo todo o Brasil e até mesmo o exterior.

Amir Labaki enumera três fatores principais para explicar o sucesso da rede radiofônica: a) o tradicional aumento de demanda de informações em períodos de crise nacional; b) a difusão do rádio, à época, o veículo de comunicação de massas com maior extensão no território nacional; a televisão ainda era recente e restrita e o jornal, por vários motivos – inclusive o alto grau de analfabetismo da população – não possuía

¹⁴ Vivaldo Barbosa (2002, p. 48-49) explica a origem curiosa do armamento pesado exibido pela Brigada Militar nas ruas de Porto Alegre. O governador Flores da Cunha, durante a Revolução de 1930, dissentiu-se com Getúlio e preparou-se para um confronto armado. Um navio de armamento foi encomendado à Checoslováquia. As metralhadoras e fuzis nunca foram utilizados e ficaram escondidos do Exército. Quando da adesão ao Movimento da Legalidade, os oficiais comunicaram a Brizola a existência de tais armas, pedindo permissão para usá-las, a qual foi prontamente dada.

tanto alcance; e c) a experiência anterior de Brizola com o rádio, instrumento que sempre utilizou ao longo de sua carreira política: eleito governador, seguiu uma prática que trazia desde que fora prefeito de Porto Alegre, mantendo um programa semanal para se dirigir à população, respondendo perguntas, explicando suas posições políticas e decisões administrativas; às vezes, chegava a falar por mais de duas horas.

Naquele mesmo dia 27, o general Machado Lopes trocou mensagens por rádio com o ministro da Guerra, Odílio Denys. Denys comunicou que havia prendido o marechal Lott devido a seu "manifesto subversivo", pois seus intuítos eram de "defender as instituições e manter a lei e ordem em todo país", mesmo que para isso tivesse que "impedir a posse de Jango". Em resposta, Lopes comunicava que a situação em Porto Alegre era "muito tensa", sendo mais conveniente encontrar uma "solução legal"¹⁵.

A situação de indefinição do comandante do III Exército começava a se tornar quase insustentável. A divisão interna nas Forças Armadas integra-se à crise:

Apanhados de improviso pela renúncia, os militares dividiram-se rapidamente em três grupos; 1º, dos legalistas, mais sensíveis à realidade da hora, temerosos de um envolvimento maior do poder militar pelo político; 2º, os que desejavam extravasar os limites estreitos de legalidade e não sabiam como fazê-lo a não ser somando forças, de maneira desconexa, aos ministros militares; 3º, os que consideravam prematuro a tomada do poder, por não terem suficiente apoio político e de opinião pública, e que não desejavam arriscar suas cartas no segundo grupo, por julgá-lo incapaz de assumir responsabilidades do poder contra a maioria da opinião pública e o primeiro grupo (FERREIRA, 1966, p. 45).

Machado Lopes foi, ainda, comunicado pelo comandante da 5ª Zona Aérea de Gravataí, brigadeiro João Aureliano Passos, de que havia recebido ordens do ministro da Aeronáutica para empregar seus aviões em voos rasantes sobre o Palácio Piratini, para amedrontar Brizola e silenciar suas comunicações através das rádios – agora formando a Rede da Legalidade. Lopes já havia recebido ordens semelhantes do ministro da Guerra: depor Brizola. Ambos, o general e o brigadeiro, negaram-se a cumprir as resoluções do alto comando, para evitar uma guerra fratricida. Iniciavam-se as ações efetivas em direção ao golpe, principal alvo: Brizola.

O dia seguinte, 28 de agosto, seguindo o caminho de intensificação, transformou-se no ápice do conflito. O comandante do III Exército designou o chefe de seu Estado-Maior, general Antonio Carlos Muricy, para uma viagem a fim de contatar

¹⁵ Citado por Joaquim Felizardo, 1988, p. 29-30.

pessoalmente o ministro da Guerra e esclarecer a situação. Não foi preciso. Durante a manhã chegou um longo comunicado, definitivo: o general Machado Lopes deveria "cumprir o seu dever" e empreender uma "ação firme e imediata" para acabar com toda a "ação subversiva" que o governador Leonel Brizola vinha desenvolvendo. A resposta de Lopes foi direta: "Cumpro ordens apenas dentro da Constituição vigente".

Em Brasília, Ranieri Mazzilli transmite uma nota ao Congresso, assinada pelos três ministros militares que "na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestam a *absoluta inconveniência*, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Goulart".¹⁶ Este foi o "comunicado oficial". As posições ficavam claras. O resultado mais significativo do pronunciamento de Mazzilli foi incitar nos parlamentares a formação de uma frente pró-Legalidade. A partir de então, deputados e senadores começaram a manifestar-se.

Em Porto Alegre, no final da manhã daquele dia que já se anunciava nebuloso, dois acontecimentos seriam marcantes. O primeiro ocorreu quando Brizola ocupou o microfone da Rede da Legalidade para fazer o seu pronunciamento diante dos recentes acontecimentos. Carregadas de tensão – e de uma bela poética rebelde, por que não? – o longo discurso tomava a guerra civil como um fato e proclamava a abnegação dele e de todos que o acompanhavam, dispostos a martirizarem-se por aquela causa.¹⁷ Na manhã seguinte, as palavras do governador foram publicadas na íntegra pelo *Correio do Povo*. O segundo momento deu-se quando Machado Lopes solicitou um encontro com o governador. Ocorrido após o pronunciamento, os ânimos estavam à flor da pele na Praça da Matriz e no Palácio Piratini: seria a primeira vez que os dois iriam falar pessoalmente desde o início da crise. Segundo Moniz Bandeira (1979), na frente do Palácio estavam cerca de 100 mil pessoas. O depoimento do jornalista Aduino Vasconcellos é ilustrativo:

¹⁶ Citado por Barbosa, op. cit., p. 94. Grifo meu.

¹⁷ Este pronunciamento foi o mais dramático e inflamado de Brizola na Rede da Legalidade. O final é apoteótico: "Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste palácio, numa demonstração de protesto contra esta loucura e este desatino (...) Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. (...) Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória. (...) Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem estas armas contra este povo. (...) Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo!".

O general Machado Lopes, comandante do III Exército, à frente de um grupo de oficiais, se aproximava do Palácio lentamente. A massa começou a deslocar-se na direção dos militares.

Foram segundos da mais alta dramaticidade.

O Hino Nacional, brotado da garganta de milhares de pessoas, petrificou os oficiais. Eles pararam e cantaram com o povo, Machado Lopes estava emocionado e trêmulo.

O III Exército estava aderindo à Legalidade (FELIZARDO, 1988, p. 41).

A tensão dissipou-se quando Lopes comunicou a Brizola – que não largou, por um instante sequer a metralhadora que trazia no ombro – que "o comandante do III Exército e os demais oficiais decidiram ficar com a Constituição e garantir a posse do presidente João Goulart". O governador entregou ao general o comando das operações militares – inclusive a Brigada Militar. Ambos saíram à sacada do Palácio e a multidão os recebeu em delírio¹⁸. Agora: "não se tratava apenas da mobilização e do entusiasmo do povo no RS, com o apoio da Brigada Militar, mas de uma considerável força militar" (BARBOSA, 2002, p. 113).

Contudo, como as Forças Armadas continuavam cindidas, na mesma tarde do dia 28, um grupo de oficiais da base aérea de Canoas estava designado para bombardear o Palácio Piratini e pontos estratégicos de Porto Alegre. A operação foi impedida por suboficiais e sargentos legalistas, que sabotaram os aviões. Durante quase 36 horas a tensão na base foi grande. A ordem só retornou quando, em uma reunião, ficou decidido que o comandante e toda oficialidade antilegalista poderia abandonar suas funções e seguir para o Sudeste (LABAKI, 1986, p. 93-94).

Nos dias que se seguiram, o general Machado Lopes, obviamente, sofreu represálias do ministério da Guerra. No dia 29, o general declarava em comunicado a todo o alto comando do III Exército que se desvinculava das ordens do Ministério, passando a agir por conta própria: "dentro a ideia de manter o Regime Democrático Cristão" (BARBOSA, 2002, p. 95). O marechal Denys, então, destituiu oficialmente Lopes do comando, indicando o general Oswaldo Farias. Segundo Labaki (1986, p. 95-98 passim), as tropas movimentaram-se do Rio Grande em ofensiva, enquanto as antilegalistas, sob o comando de Farias, armaram-se na defensiva, em Florianópolis. Lopes deslocou destacamentos até o Paraná, por via ferroviária. A guerra civil parecia entrar em marcha.

¹⁸ No pronunciamento, Brizola lançou mais uma frase de efeito espetacular: "Posso vos garantir, porém, e a todo o Brasil, que não daremos o primeiro tiro. Mas, creiam, o segundo será nosso".

1.5 A adesão nacional à Legalidade e o Parlamentarismo.

Segundo as próprias palavras de Brizola: "a partir do momento em que o III Exército assumiu aquela definição, começou a pender a balança para o lado da Constituição e da Legalidade. Criou-se uma situação de resistência em todo país".¹⁹ As adesões se deram tanto por parte de civis quanto de militares, nos principais Estados do Brasil. Uma frente amplíssima manifestou solidariedade a Jango. Nos dias que se seguiram, a maior parte dos governadores posicionou-se a favor da Legalidade. Milhares de manifestações defendiam a posse do vice-presidente: OAB, o "Manifesto dos Intelectuais", diversos sindicatos, UNE (que, inclusive, transferiu provisoriamente a diretoria da entidade para Porto Alegre, sob a gestão de Aldo Arantes, uma das mais lendárias da história da entidade) e até membros da Igreja Católica (presidente da CNBB e cardeais) vieram à público e declararam-se legalistas.

A maior mobilização fora do Rio Grande do Sul ocorreu em Goiás, liderada pelo governador, o tenente-coronel Mauro Borges, que, no dia 28, lançou um violento manifesto contra os ministros militares, pregando, inclusive, a insubordinação do oficialato. Chegou a armar com pesadas metralhadoras o Palácio da Esmeralda (sede do governo) e mobilizar a força pública para a defesa das principais estradas. Sindicatos abriram postos para alistar voluntários, como no RS (BARBOSA, 2002, p. 143-147).

Mas essa maciça adesão contribuiu ainda mais para aumentar a apreensão. As tropas poderiam se encontrar em Santa Catarina e em São Paulo, e, desse encontro, poderia surgir a guerra civil de fato. Os ministros militares mantiveram o veto a Jango e declararam que, caso voltasse ao Brasil, seria preso – ele estava em Paris.

Segundo Vivaldo Barbosa (2002, p. 141-143), a solução já estava sendo articulada à margem do movimento popular comandado por Brizola e à margem dos próprios militares. Mazzilli já sabia do veto militar desde o dia 26, mas só o comunicou ao Congresso dois dias depois, após costurar a linha básica de ação que seria seguida:

Uma articulação muito forte desenvolveu-se entre o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, José Maria Alkmin, líder do PSD, Nelson Carneiro, também do PSD, Afonso Arinos, da UDN, Menezes Cortes, ex-coronel do Exército e líder da UDN, e muitos outros. Dessa articulação surgiu, certamente, a ideia de Mazzilli enviar a mensagem do veto militar ao Congresso, formar-se comissão especial e essa comissão dar parecer sugerindo o parlamentarismo. (BARBOSA, op. cit., p. 149).

¹⁹ Depoimento citado por Joaquim Felizardo, 1988, p. 51.

No dia 29, a Comissão Mista composta no dia anterior formaliza a proposta para introdução do parlamentarismo – que já existia em tramitação na Câmara, de autoria do deputado Raul Pilla (PL-RS), devidamente adaptada. Barbosa (p. 155) observa ainda o estranho fato de que a Comissão havia sido formada para dar parecer sobre o veto dos ministros militares apresentado no Congresso. Contudo, no parecer oficial – este do dia 29 – não há uma palavra sequer sobre o veto, apenas sugestão à votação imediata da emenda parlamentarista.

A Câmara dos Deputados e o Senado passaram, então, aos debates em torno da proposta. Enquanto isso, Jango, que ainda se encontrava em Paris, embarcava rumo a Nova Iorque, iniciando a viagem de retorno ao Brasil. Durante a estadia na capital francesa, conseguiu contato telefônico com Brizola, que o aconselhou a adiar a viagem e desembarcar desarmado. Foi procurado por diversos políticos brasileiros, líderes da UDN e do PSD, inclusive. Em um desses encontros, o ex-chanceler Afonso Arinos questionou-o sobre a possibilidade de aceitar a chefia do Executivo sob um regime parlamentarista. Jango respondeu que "se isso evitasse uma guerra civil", aceitaria. Iniciavam-se os trabalhos de convencimento de uma das partes envolvidas: o vice-presidente.

Nos dias seguintes, o Congresso manteve-se em sessões de quase 24 horas, debatendo a "solução parlamentarista". A ideia de aprovação da emenda urgia ser aceita pelos principais envolvidos no conflito – e assim se fez. O próprio chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Cordeiro de Farias, foi o intermediário junto aos ministros militares golpistas. Cordeiro de Farias convenceu-se da solução parlamentarista logo no início da crise e passou a agir nesse sentido. Uma reunião realizada no dia 30, entre dez governadores, o ministro da Fazenda (Clemente Mariani) e os três ministros militares conduziu-se nesse sentido. Na tarde deste mesmo dia o general Segadas Viana – o mais antigo do Exército –, acompanhado de militares legalistas, encontrou-se com o marechal Denys e convenceu-o a aceitar a resolução que o Congresso Nacional tomasse, fosse qual fosse. Durante a madrugada, Denys convocou os outros ministros militares – e generais – para decidirem a respeito. Ficou acertado que acatariam tal posição. Nos dias que se seguiram, os ministros militares ainda tentaram oferecer obstáculos, mas já se encontravam sem opções (LABAKI, 1986, p. 109-112). Restava convencer definitivamente o vice-presidente – e Brizola, se possível.

A viagem da volta de Jango fez escalas em Nova Iorque, Buenos Aires e Montevideu – onde concedeu uma entrevista coletiva à imprensa brasileira. Tentava ganhar tempo para uma possível solução sem sangue. No Uruguai, recebeu o emissário de Mazzilli, o extremamente habilidoso Tancredo Neves, que tinha a missão de convencê-lo a aceitar a redução de seus poderes. Na comitiva iria também o deputado petebista Wilson Fadul, levando a posição contrária da bancada de seu partido. Segundo Moniz Bandeira, o avião antecipou a partida e deixou Fadul. Estava prevista uma escala em Porto Alegre, que não aconteceu²⁰. A comitiva passou todo o dia 1º de setembro reunida com Jango – que interrompeu a reunião para falar ao telefone com Brizola, três vezes. Mesmo com as ressalvas do governador, ao final, acabou acatando a decisão do Congresso. O Brasil seria parlamentarista.

1.6 O retorno de João Goulart e o fim da crise.

A posse fora marcada para o dia 4 de setembro. A porta de entrada seria o Rio Grande do Sul – um sinal de respeito. Nas ruas de Porto Alegre, milhares de pessoas acorreram novamente à Praça da Matriz, esperando a chegada tão ansiada de Jango. A noite do dia 1º de setembro encontrou os rio-grandenses ovacionando Goulart na sacada do Palácio, por três vezes. Reuniu-se com Machado Lopes e Brizola, mas não se manifestou sobre a decisão final que seria tomada.

Ao longo do dia 2, Jango permaneceu na sede do poder estadual, conversando por telefone com amigos e políticos. Brizola, sabendo da decisão previamente tomada, bradava enfurecido na Rede da Legalidade. Para o governador, o acordo que resultou na adoção do Parlamentarismo foi uma capitulação diante do poder militar que, indiretamente, atingiu seus objetivos – segundo Brizola, inaceitável diante do apoio popular e político que a causa da Legalidade angariou. Quando o comunicado oficial seguiu seu caminho e chegou aos ouvidos da população aglomerada defronte ao Palácio, os aplausos transformaram-se em gritos, pechando Goulart de covarde e traidor. A

²⁰ Brizola desejava reter Tancredo: "Não pretendia propriamente prendê-lo. Estávamos descontentes com o rumo da situação. Sabíamos que, àquela altura, Goulart já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com apoio das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão". Brizola acreditava que os ministros militares já se encontravam isolados e a negociação só interessava à maioria conservadora do Congresso. (BANDEIRA, op. cit., p. 84).

polícia foi chamada para conter a multidão – dispersou-se. Um melancólico temporal caiu sobre Porto Alegre, lavando o fim daquelas esperanças.

Jango ainda permaneceria dois dias no Estado, em viagens. No Palácio ficou o governador, absolutamente decepcionado. Mesmo sendo compadres, deu-se como fruto daqueles anuviados dias um rompimento entre os dois líderes do trabalhismo.

No Congresso Nacional, a emenda parlamentarista foi aprovada com incrível rapidez. Durante "o sucinto período de discussão da emenda, posicionaram-se contra a aprovação, entre outros, os deputados Barbosa Lima Sobrinho (PSB) e Almino Affonso (PTB)" (LABAKI, 1986, p. 121). No Senado, Juscelino Kubitschek manifestou-se veementemente contra. Às 22 horas do dia 3 de setembro, em sessão conjunta, o Congresso Nacional promulgava a emenda constitucional parlamentarista.

Entretanto, a crise ainda não havia chegado ao fim. Mesmo aceitando a decisão geral das Forças Armadas de respeitar a soberania do Congresso, Machado Lopes não retirou seus comandados de campo. Os soldados não foram enviados de volta aos quartéis. Tanto ele quanto Cordeiro de Farias mantiveram as tropas estacionadas onde estavam. "O fantasma da guerra civil parava de crescer. Não desaparecia" (LABAKI, op. cit., p. 124).

A data para a posse de Jango foi sendo sucessivamente adiada, mesmo ele já se encontrando em solo brasileiro. E as ameaças continuaram. No dia 5 de setembro, um grupo de líderes partidários voaria de Brasília para Porto Alegre. A decolagem foi impedida por um comunicado do ministro da Aeronáutica, expondo que havia "elementos inconformados" capazes de oferecer "riscos graves para os transportes aéreos", e que os ministros "não dispunham de meios para coibir tal ameaça". Mazzili, irritadíssimo, convocou os três ministros para uma reunião, de onde ficou decidido, após acaloradas discussões, que se montaria "um imenso dispositivo militar de prevenção contra qualquer tentativa de atentado, principalmente ao pouso do avião que traria o vice-presidente, em uma operação conjunta de Exército e Aeronáutica" (LABAKI, op. cit., p. 126) no aeroporto de Brasília. A notícia caiu como uma bomba em Porto Alegre²¹, e a comitiva de Jango só embarcou após uma entrevista na rádio do senador Moura Andrade, garantindo a segurança para voo e pouso.

²¹ Este ensaio de atentado ficou conhecido como "Operação Mosquito". Nome muito apropriado.

Com a chegada de Jango a Brasília, os contatos para a formação de seu governo se aceleraram: tornou-se "consenso que o gabinete a ser formado teria representantes de todos os partidos, simbolizando a 'união nacional'" (LABAKI, 1986, p. 129) – o que, meses depois, provou-se um grande erro. O nome mais importante, claro, seria o do primeiro-ministro. Tancredo Neves foi indicado ao cargo, a pedido de Goulart e aprovado pelo Congresso. Em seu discurso de posse, Jango agradeceu a todos que se mobilizaram para a "defesa da legalidade constitucional" e ressaltou a necessidade do plebiscito para decidir pela manutenção ou não do parlamentarismo. No dia 7 de setembro o impasse definitivamente estava resolvido – coincidência?. Ao menos por enquanto.

Os ex-ministros militares, Odílio Denys, Grum Moss e Silvio Heck, divulgaram notas contemporizando o ocorrido. O discurso de Heck, contudo, deixou claro alguns pontos não resolvidos: "O inimigo espreita-nos pronto a explorar a menor vacilação ou fraqueza. (...) eu por mim apenas transfiro o campo de luta" (LABAKI, 1986, p. 132).

No Sul, as tropas iniciaram o retorno aos quartéis. Em Porto Alegre, no mesmo dia 7, ocorreu a última manifestação organizada pelos Comitês de Resistência Democrática: um imenso desfile. Brizola, de relações cortadas com Jango, continuava pregando através da imprensa contra a solução parlamentarista que, para ele, foi a forma encontrada pelas "velhas oligarquias" para assumir o Poder. Um *golpe branco*.

Na véspera, à meia-noite do 6 de setembro de 1961, a Rede da Legalidade já calara oficialmente seus microfones. Nas coxilhas, podia-se ouvir novamente o minuano. Fazia-se silêncio nos pampas.

LITERATURA, HISTÓRIA E LEGALIDADE

Literatura e história, no Rio Grande do Sul, sempre cavalgaram lado a lado no mesmo chão de terra batida. Não é exagero afirmar que a história enquanto fonte de criação literária deu nascimento à própria literatura produzida no Estado. Marcada a ferro em brasa, esta feição se faz presente até a contemporaneidade.

A produção literária sul-rio-grandense nasceu relativamente tarde, em relação ao resto do Brasil, sob o signo de um Romantismo tardio – quando este já era contestado no centro do país. Em fins da década de 1860, em um período de grande efervescência político-social – decorrentes principalmente dos movimentos republicano e abolicionista –, ocorreu a fundação da Sociedade Partenon Literário na cidade de Porto Alegre, capital da Província. Todos os escritores-sócios foram românticos – mas orientando-se para o Regionalismo.

Os partícipes do Partenon possuíam uma intenção deliberada de aderir ao projeto romântico brasileiro. O Romantismo nacional é considerado pelos estudiosos como uma resposta artística às aspirações políticas do período: "o anseio de encontrar uma temática própria ao país, local e sem influências externas, exposta com recursos estilísticos autônomos" (ZILBERMAN, 1992, p. 42). Tendo alcançado a independência política, queria-se também a independência cultural.

Uma das fases do Romantismo brasileiro é o projeto indianista, que ia além das aspirações pela independência artística:

(...) pode ser compreendido também como o desejo de formular uma mitologia local, que fornecesse à recente nacionalidade uma imagem épica de si mesma, vinculada a um passado não contaminado pela influência européia. O Indianismo foi uma resposta a uma solicitação de volta às origens, matriz de todo o mito; e, como tal, idealizou as personagens, dando-lhes envergadura heroica, alto padrão moral, disponibilidade para a ação desinteressada e coragem imorredoura. (ZILBERMAN, 1992, p. 44).

Os escritores indianistas deveriam criar epopeias com verossimilhança histórica, povoando-as de figuras admiráveis. Essa inspiração na história brasileira delinea também o viés político das obras. À época, a concepção vigente envolvendo a História era a que hoje se convencionou denominar *magistra vitae*. Pedagógica em sua essência, essa orientação como mestra da vida incumbia na história o dever de ser um recipiente

contendo as múltiplas experiências alheias, das quais apropriar-se-iam com o objetivo de "conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente e se enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos". O mote essencial seria instruir por meio de uma coleção de exemplos notáveis: "Mesmo que não se possa aprender nada a partir da história, resta no fim uma certeza adquirida a partir da experiência, um ensinamento histórico, que pode tornar mais inteligentes e mais espertos aqueles que o conhecem" (KOSELLECK, 2006, p. 41-60).

Para demonstrar o quanto a História e a Literatura se entrecruzam, essa noção de valores ético-pedagógicos na prática historiográfica – *magistra vitae* – parece ser o que inspira Regina Zilberman ao descrever que o indianismo foi bem sucedido naquilo que almejava, qual seja a já citada epopeia mítica nacional contendo a verossimilhança histórica e os "grandes vultos" do passado – que deveriam necessariamente ser a matriz dos líderes políticos hodiernos. Se a raiz fora boa e forte, os frutos também o seriam de valor – consequentemente a nacionalidade que emergia conduzida por estes "artífices da nação".

Cabe um parêntese. Nesse período, a pesquisa histórica no Brasil era desenvolvida exclusivamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. É no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza e se faz necessário um projeto de pensar a história brasileira de forma sintetizada. O IHGB irá desempenhar esta função. Durante o Segundo Império, o Instituto recebeu imenso apoio de D. Pedro II e ampliou suas atividades – uma instituição cultural privada com intervenção da esfera governamental, estilo tão caro ao patrimonialismo brasileiro. A literatura de caráter indianista é inspirada – ou inspiradora – nas pesquisas empreendidas pelos intelectuais daquele Instituto. A leitura da história empreendida pelo IHGB é marcada pela necessidade de se demonstrar a gênese (e desenvolvimento) de uma civilização branca e europeia nos trópicos, através, fundamentalmente, de seus valores – que serão incutidos nas personagens dos românticos brasileiros (GUIMARÃES, 2007, p. 5-27).

Mesmo assim, o Indianismo teve vida breve, e será substituído pelo Regionalismo, que se caracteriza por:

(...) só lhe pertencem de pleno direito as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagens locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciam dos que imprime a civilização niveladora. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 181).

Lúcia Miguel-Pereira enfatiza ainda aspectos particulares do Regionalismo: a "cor local" e conseqüente escolha de um tipo humano ideal, linguagem específica e costumes capazes de diferenciar aquele espaço geográfico particular; e a supremacia do meio sobre o indivíduo, de caráter mais ideológico, pois concebe o sujeito como fruto de seu espaço circundante.

Demonstrando, mais uma vez, a intersecção entre História e Literatura, o Regionalismo foi fruto de um novo contexto social ao qual o Indianismo não respondia mais de forma satisfatória. Com o fim da Guerra do Paraguai, os anseios separatistas voltaram à tona e direcionaram a atenção dos intelectuais da definição diante do outro para a diferença entre nós – os brasileiros. A sociedade em fins do século XIX, no país, transformou-se drasticamente com o surto industrial da Era Mauá, a modernização e o crescimento dos ideais republicanos e abolicionistas – defendidos, sobremaneira, pela classe média urbana e os cafeicultores paulistas. Uma sociedade em mudança reflete-se em sua arte, na busca da compreensão pela nova organização social que se desenhava. O tipo ideal, antes o indígena, agora passa a ser substituído pelo tipo regional, símbolo mais adequado. A Primeira República, federalista, evidenciou essa regionalização.

Na prosa ficcional da Província do Rio Grande de São Pedro a mistura entre Romantismo e Regionalismo – ou Romantismo em sua fase Regionalista, como utilizam alguns autores – marca da produção do Partenon Literário, inaugurou uma espécie de instituição literária, de tradição de como se escrever por estas paragens. Foram eles os responsáveis pelo estabelecimento no Rio Grande do Sul do que Antonio Cândido denominou de *sistema literário* regional.²² E este aspecto deixou sinais indelévels.

²² Antonio Candido distingue claramente entre *manifestação literária* e *literatura* (o próprio sistema literário): "(...) *literatura* propriamente dita, considerada aqui como um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes dominantes são além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura *aspecto orgânico* da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros." In CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Tomo I. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981, p. 23.

Por um lado, isto possivelmente se deu pela própria atuação dos membros do Partenon e seu esforço em prol do fortalecimento da literatura local, através da concretização de um bem sucedido circuito de produção e consumo de obras. Os escritores atuaram no sentido de preencher os pré-requisitos fundamentais para a existência de um mercado literário: alfabetização, fundação de livrarias, revistas, bibliotecas, etc., a fim de dinamizar a precária e instável vida cultural do Estado – inclusive na capital (ZILBERMAN, 1985, p. 22).

Nasceu assim a literatura mais consistente do Rio Grande do Sul. Por suas especificidades, é possível utilizar a expressão "literatura gaúcha" sem receio, enquanto campo autônomo, mas não isolado, da arte literária nacional. Regina Zilberman (1992, p. 171-174) caracteriza a prosa sul-rio-grandense por quatro aspectos principais: 1) o círculo de atuação tem como fronteira o próprio Estado e os autores dialogam quase exclusivamente com o público local (excetuando alguns, entre eles, Moacyr Scliar); 2) a persistência do Regionalismo, devido à característica anterior, principalmente; 3) opção pela temática marcadamente social, que também se relaciona com o aspecto anterior; a incidência de ficcionistas dedicados ao romance psicológico é baixa – entre eles, Antônio Carlos Resende; e 4) a reduzida adesão do RS aos movimentos de vanguarda.

Interessante é observar que estes aspectos estão presentes na produção literária do Partenon, demonstrando a relevância da atuação de nossos pioneiros. Esse longo alcance do modelo *partenoniano* não se deve apenas pela atuação na criação do sistema literário regional, ou por inaugurarem o estilo regionalista particular, ou por estabelecerem o mercado literário autossuficiente do Rio Grande do Sul – ressaltado por diversos autores, inclusive, como o mais relevante do país – mas principalmente por terem sido os inauguradores de nossa identidade literária – ou identidade cultural, de uma forma geral. Daqui depreende-se, possivelmente, a característica mais atraente do Romantismo: a criação da identidade nacional. No nosso caso, a identidade regional e a afirmação da cultura estadual.

De acordo com Pedro Brum Santos ([sem data], p. 3), o projeto de "difundir marcas que, ao mesmo tempo em que lhe garantissem uma almejada especificidade regionalista, expressassem um esforço conjugado com o objetivo de afirmar a própria identidade da região" estava claro e presente desde as primeiras manifestações artísticas em solo gaúcho. O papel dos literatos nesse processo foi importantíssimo:

A identidade ecoa laivos patrióticos plantados pelo romantismo e, ancorada sob a égide de uma cultura letrada, responde à necessidade de se estabelecer a unidade da província. (...) Planifica-se, assim, o que concebemos como cultura rio-grandense, na confluência da história de formação e dos interesses que movem as nascentes instituições. Os escritores, ou, mais amplamente, a cultura letrada cumprem importante papel nessa planificação. (SANTOS, [sem data], p. 3).

Nesse debate envolvendo o conceito identidade e sua relação com a cultura de um povo, tão presentes nessa era de gauchismo, Stuart Hall (2003) argumenta que as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Assim "uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (HALL, 2003, p. 50). Dentre estes "símbolos e representações" encontram-se as formulações literárias. Dessa forma, a dinâmica literária sulina, com a produção, divulgação e consumo, possui extrema importância para se compreender os desdobramentos contemporâneos da autoimagem elaborada pelos habitantes desse território.²³

Percebemos que o Regionalismo literário relaciona-se intimamente com a identidade construída para o Estado. De acordo com Lígia Chiappini Moraes Leite, em sua obra *Regionalismo e modernismo*, houve no mínimo quatro regionalismos na literatura rio-grandense: um romântico, que idealizou o herói-gaúcho e o passado guerreiro; um tradicional, de cunho real/naturalista, que fixou as transformações da sociedade campeira e o desaparecimento do antigo gaúcho, preocupado em anotar a linguagem e o folclore dos campeiros; um terceiro que se propôs a transformar a tradição sob o influxo do modernismo – em seu interesse pelos temas locais e raízes culturais brasileiras – com base no modelo de Simões Lopes Neto e, ainda, um regionalismo que se pode designar crítico ou social, na medida em que denunciou a desestruturação da sociedade campeira e a proletarização do gaúcho (BITENCOURT, 1999, p. 21-22).

²³ Para Hall, essas identidades nacionais são parâmetros essenciais para a análise das identidades no mundo moderno. Como parte de seu argumento, defende serem estas identidades sistemas de representação cultural ideal, de determinado povo, forjadas e forçadas. Constituem-se como um discurso, portanto, precisam construir sentidos e organização, influenciando e construindo nós mesmos, compondo-se de cinco elementos: (1) narrativa do enaltecimento nacional, fornecendo uma relação de pertencimento com algo maior e do qual nos sentimos orgulhosos em fazer parte (2) a ênfase em determinada tradição; uma característica imutável (3) a invenção dessa tradição ancestral (4) um mito fundador (5) a noção de ser descendente de um determinado povo puro. Excetuando-se a ligação a este "povo puro", todos estes aspectos estão presentes na literatura/cultura/identidade imaginada para o Rio Grande do Sul.

Os autores que se vinculam ao Regionalismo são aqueles que tematizam a história do Rio Grande do Sul em suas obras. Como vimos, em sua primeira fase é encontrado na produção do Partenon Literário. Contudo, a maturidade das letras do Estado é atingida na fase compreendida entre 1910 e 1930, a "fase áurea do Regionalismo", quando o "passado de lutas e os valores são encarados com um sentimento nostálgico" (VÉSCIO, 1995, p. 23). Os maiores nomes desta segunda fase são Simões Lopes Neto e seus gaúchos que "passam a configurar um ideal de comportamento não mais político, mas ético, em comparação com a atualidade" (ZILBERMAN, 1985, p. 45), e Alcides Maya, que enfatiza os aspectos sombrios e decadentes da sociedade sul-rio-grandense da segunda metade do século XIX.

A ficção aparecida na década de 1930, todavia, conduz o Regionalismo a uma fase distinta, de influxo modernista²⁴. O processo de transformação da tradicional estrutura econômica do Estado, associada à pecuária e à vida no campo – inicialmente retratada de forma nostálgica pelos setores conservadores na literatura regionalista da segunda fase – passa a ser visto através de uma postura investigativa, diagnosticando a natureza do fenômeno e suas causas:

A proletarização do gaúcho, representada literariamente por esses escritores, impede a imagem festiva do Romantismo; e amplia o quadro de referência, pois incorpora a circunstância social dentro da qual se insere a personagem e que determina seu comportamento. A ficção de 30 insiste na dimensão sociológica do tema e da figura humana, imprimindo nova orientação à problemática regional. (ZILBERMAN, 1992b, p. 15).

Este regionalismo crítico trata a história do Rio Grande do Sul de forma diferenciada daquela narrada anteriormente, limitada a contar os feitos passados. A Guerra dos Farrapos – até então cenário privilegiado – acaba perdendo sua hegemonia enquanto temática: "sua apresentação vem a ser precedida pela ficcionalização dos eventos relativos à ocupação e povoamento do Sul. Os textos ou remontam ao período de formação regional ou acompanham os episódios envolvendo a imigração europeia" (ZILBERMAN, 1985, p. 46). O autor mais significativo desta tendência é Cyro Martins,

²⁴ "A narrativa de 30 se diferencia bastante da produção que lhe antecedeu. Retorna, é certo, à vertente localista, como ocorrera no pré-modernismo, mas agora com outros olhos, querendo rasgar o véu protetor que lhe lançou o ufanismo remanescente, ainda no começo do século XX, do Romantismo. E incorpora dois procedimentos modernistas: vê de dentro a realidade retratada [...]; dá margem à assimilação entre o assunto e a técnica literária; e, por essas razões, valoriza uma linguagem atual, sintética e atinente ao contexto das personagens, como fazem Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado." (ZILBERMAN, 1992, p. 82). Segundo Antônio Cândido, em *Literatura e subdesenvolvimento*, a grande transformação da chamada prosa de 30 diz respeito a uma nova temática, passando-se da "consciência de país novo", crédula de um destino glorioso, para a "consciência do subdesenvolvimento", voltada à exposição das feridas sociais.

com sua célebre *Trilogia do gaúcho a pé*, acompanhado de Pedro Wayne, Aureliano Figueiredo Pinto e Ivan Pedro de Martins.

Demonstrando o crescimento da vida nas cidades, advindo do processo de transformação econômico-social ocorrido ao longo da década de 1930 no Brasil, inicia-se também no Estado a ficção urbana, onde Dyonélio Machado é o principal representante. Na década de 1940, a ampliação temática e revisão histórica implementados pelo regionalismo crítico vai inspirar novos autores:

É Viana Moog, num livro que provocou celeuma à época de sua publicação, *Um rio imita o Reno* (1939), que aborda o tema da imigração. Um pouco mais tarde, Manoelito de Ornellas inaugura vertente de trajeto paralelo: a que se dirige aos capítulos da conquista e colonização do território, desdobrados, logo depois, por Érico Veríssimo. (ZILBERMAN, 1985, p. 46).

A obra de Veríssimo possui uma temática bastante variada. Contudo, com a publicação dos sete volumes de *O Tempo e o Vento* – entre 1949 e 1962 – o autor vai ao cerne da tradição literária regionalista, narrando duzentos anos de história (1745-1945), para sondar suas origens e constatar o seu fim, encarnando "o momento por excelência da transição de um Regionalismo não mais ufanista [...] para a integração de novos assuntos históricos, cujo resultado será o estabelecimento do leque de etnias que formam a nação sulina" (ZILBERMAN, 1992, p. 112).

De acordo com Pedro Brum Santos, entre

1960 e 1980 registra-se, na prosa de ficção do Brasil, um ciclo cuja marca radica na retomada do tratamento da identidade. Esse recente interesse é diverso daquele manifestado nas produções de românticos e modernistas. O modernismo [...] já suplantara a aura mítica própria do romantismo, em favor de uma abordagem alegórico-carnavalizada, de ênfase social e antropológica. Entretanto, nos românticos assim como nos modernos, o recorte dizia respeito à própria formação da identidade, sua legitimidade e reconhecimento. Já entre as produções do pós-60, o interesse se volta para uma atualização do assunto diante da emergência que as minorias e os excluídos passam a ter na cena contemporânea. (SANTOS, [sem data], p. 10).

Discutir a identidade de um país passa, naturalmente, por sua história – os sujeitos abarcados como inspiração temática ampliam-se ainda mais. No Rio Grande do Sul, os escritores voltaram-se para a narração da ascensão e queda dos poderosos líderes políticos regionais – oriunda do regionalismo crítico –, e também em direção à análise da imigração europeia para o Estado. A partir de meados de 1970, destacam-se as obras de Josué Guimarães e Luiz Antônio de Assis Brasil, enquanto grandes continuadores do regionalismo crítico.

Refletindo sobre as obras contemporâneas que têm a investigação histórica como temática – Érico Veríssimo, Assis Brasil e Josué Guimarães, principalmente –, Regina Zilberman percebe um núcleo comum:

Neste sentido, estas obras de fundo histórico são complementares ao indicar, no conjunto, o grande livro da trajetória do exercício do poder por determinado grupo social no sul: heroico e mítico quando da formação, dominador e político à época da consolidação, tirânico e violento após a ascensão dos setores burgueses com que viria a disputar a liderança, alheado e claudicante no momento de sua derrocada.

São os romances relativos à imigração que tratam do percurso dos grupos que desalojaram do poder os núcleos sociais ligados à pecuária. (1985, p. 49-50).

A ficção praticada nos anos 1970 associou-se à política – não apenas do Estado, mas também do Brasil e mesmo do Terceiro Mundo. As crônicas dos imigrantes europeus e sua adaptação à vida na América permitiram representar os grupos burgueses e de classe média, cuja ascensão econômica e política solapou o monopólio dos grupos dirigentes fundamentados na pecuária e na região mais ao Sul do Estado, obrigando-os a novas alianças para partilhar o poder com estes setores emergentes. Mas, ao contrário do que havia acontecido com o regionalismo – e Zilberman entende que a temática envolvendo o imigrante não faz parte do regionalismo por não tratar do tipo privilegiado deste, o gaúcho –, esta literatura não se converteu numa porta-voz de seus interesses políticos, lendo a História e procurando "enfrentar os problemas, em vez de massacrá-los ou omiti-los" (ZILBERMAN, op. cit., p. 54-55). É, claramente, uma forma de se criticar a identidade cultural tradicional do Rio Grande do Sul.

Todo esse manancial fornece a base para a compreensão das duas obras selecionadas neste trabalho: *Mês de Cães Danados*, de Moacyr Scliar, e *Pedro e Lia*, de Antônio Carlos Resende. Mesmo com seus autores tendo recebido águas de outras (muitas) fontes, ambas vinculam-se a essa tradição literária sulina não apenas por serem concebidas por dois autores naturais do Estado, mas principalmente à medida que enfocam, uma mais e outra menos, a reprodução da realidade vivida – mais especificamente de um episódio da história rio-grandense e brasileira: o Movimento da Legalidade – procedimento característico da prosa produzida no Rio Grande do Sul:

O estudo da narrativa literária sul-rio-grandense indica uma constante interimplicação entre o conteúdo ficcional e o registro histórico. A perspectiva da história é, pois, uma abordagem consistente para apreciar essa literatura. Vários estudiosos e críticos da literatura brasileira já observaram que a produção sulina, dentro do panorama nacional, é a mais preocupada com a reprodução da realidade vivida. (VÉSCIO, 1995, p. 21)

Mesmo tendo essa inspiração histórica, a Legalidade é o pano de fundo, o cenário mesmo, não sendo o tema central das obras analisadas. Todo o desenvolvimento do enredo acontece muito mais em função da dinâmica das personagens do que do episódio. A realidade vivida e retratada acontece através do desenho de uma geração engajada politicamente, no caso de Resende – a personagem Lia –, e da desfragmentação da identidade e da própria realidade histórica rio-grandense, encarnada na personagem Mário Picucha, em Scliar.

Desta forma, Resende e Scliar colocam-se como herdeiros dessa tradição, claro, não apenas simples reprodutores inertes daquele modelo estabelecido e consagrado, mas também e principalmente enquanto críticos apartados. Advém desse caráter a importância de inserir estas obras no contexto geral da história da literatura rio-grandense. Iniciada pelo Partenon Literário, as letras do Estado também serviram como legitimação e inspiração para a criação da identidade sulina, fundamentada na figura do gaúcho portador de valores positivos, tendo a Campanha como cenário privilegiado e o enaltecimento do passado mitificado, sobremaneira a Revolução Farroupilha. Percebe-se que o cenário escolhido para as tramas de Resende e Scliar não se vincula a essa tradição, mesmo que a Legalidade possa dar a "cor local" – característica do Regionalismo desde seus primeiros momentos –, e a Legalidade em si tenha sido descrita por muitos de seus detratores como uma "gauchada", e por enaltecidos como "rebelião" ou "revolta" – ambos posicionamentos filtrados pela chamada identidade gaúcha consagrada nacionalmente²⁵.

Este vulto identitário passou a ser questionado ao longo do século XX, e a literatura, novamente, foi peça central neste processo, refletindo através das tendências críticas a nova visão que se passou a ter sobre o passado e a mitologia sul-rio-grandense – um mundo em transformação transforma sua arte. Ao escolher determinado caminho, o escritor também se posiciona diante deste debate – nenhuma obra é neutra ou isenta de

²⁵ A presença deste sentimento de que a Legalidade nutriu-se, também, da identidade sulina enquanto povo "forte, aguerrido e bravo" está presente na fala de muitos partícipes do movimento, contidas em livros de memórias, como em *Legalidade – 25 anos. A resistência popular que levou Jango ao poder*. Os estudiosos que dedicaram obras à Legalidade ressaltam o fato de Jango também ser gaúcho como bastante relevante para a adesão da população. Soa-me como uma reafirmação da tradicional figura do gaúcho belicoso e destemido. Far-se-ia necessária uma análise para percepção de se nos discursos do governador, durante a Legalidade, realmente foram invocadas as imagens clássicas destes símbolos sulinos a fim de angariar a participação popular – ideia implícita em autores como Labaki (1986) e Barbosa (2002). Jorge Ferreira (1997) mesmo utilizando o campo do simbólico como explicação, não investe nesse sentido: "Deixemos de lado as interpretações que exaltam o passado e as tradições de luta pela liberdade da população gaúcha para explicar o levante rio-grandense." (p. 15).

intenções políticas. Mesmo com todas as críticas, a identidade cultural do Estado mantém-se até a contemporaneidade, bastante fortalecida, inclusive, conservando muitos aspectos de sua forma tradicional ideal. Àqueles que escolheram narrar a história – e a História – faz-se necessário um posicionamento diante dela, negando ou reafirmando, atualizando ou reinterpretando. Esse é o enigma da esfinge que é qualquer tradição. E livros são um instrumento poderoso, capaz de cumprir a função de Édipo e derrotar o monstro de Tebas.

2.1 Moacyr Scliar e seu Mês de Cães Danados.

Moacyr Jaime Scliar nasceu no ano de 1937, em Porto Alegre. Filho de judeus imigrantes russos, desde criança já demonstrava pendões literários. O próprio nome foi escolhido após sua mãe, Sara, ter lido o romance *Iracema*, de José de Alencar, com o peculiar significado de "filho da dor", seguindo a tradicional melancolia poética judaica. O ambiente onde cresceu sempre foi muito rodeado pelo respeito à palavra escrita e à narração de histórias: "Contar histórias. Eis uma coisa que meus pais sabiam fazer particularmente bem, com graça e humor; sabiam transformar pessoas em personagens, acontecimentos em situações ou cenas" (SCLIAR, 1996, p. 21). A leitura, bem como suas primeiras produções, foram bastante incentivadas pelos pais – a mãe era professora primária e legou ao filho o gosto pela leitura²⁶. A primeira máquina de escrever foi um presente de seu pai, aos 12 anos de idade (!). No Bom Fim, tradicional bairro judeu da capital gaúcha onde passou a infância ouvindo as histórias dos imigrantes, era conhecido como "o escritorzinho do Bom Fim".

A leitura e a escrita não pagariam o pão de todo dia, logo, a profissão escolhida foi a Medicina. Formou-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1962. Especialista em Saúde Pública e Doutor em Ciências pela Escola Nacional de Saúde

²⁶ "Naquela época não tinha Feira do Livro, mas a Livraria do Globo, que é uma livraria muito tradicional, ela fazia as vezes de Feira do Livro organizando uma espécie de liquidação de livros. Minha mãe anunciava 'amanhã nós vamos comprar livros'. Bom, nessa noite eu não dormia. Eu perguntava pra minha mãe qual era o meu teto, quanto que ela me autorizava a gastar, e ela respondia sempre da mesma maneira: 'Tu tá perguntando isso porque sabe que a gente não tem muito dinheiro, porque falta coisa na nossa casa: falta móveis, falta eletrodomésticos, falta roupa. Tudo isso pode faltar, e mesmo comida pode faltar'. E olha que uma mãe judia dizer que pode faltar comida é uma coisa realmente impressionante. E ela dizia 'mas livro não pode faltar, compre quantos livros quiseres'". Entrevista concedida pelo autor ao programa *Palavra de Escritor*, disponível no site da editora L&PM <http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=36>.

Pública exerceu a profissão junto ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU). Da experiência como médico, Scliar retirou o conhecimento da realidade brasileira, da miséria nacional.

No mesmo ano de sua formatura, publica o primeiro livro, *Histórias de um Médico em Formação*, contos baseados em sua experiência de estudante e publicados em um jornal da Faculdade de Medicina. Em 1968 publica *O Carnaval dos Animais*, também de contos – Scliar considera esta sua primeira obra, pois após ler o resultado final de *Histórias de um Médico em Formação* decepcionou-se profundamente, afastando-se da literatura, vista como um devaneio juvenil.

É um dos autores mais prolíficos de sua geração com mais de 74 livros publicados em vários gêneros: romance, conto, ensaio, crônica, ficção infanto-juvenil, ainda escrevendo para a imprensa. Obras suas foram publicadas em diversos países, com grande repercussão crítica. O número de prêmios recebidos também é imenso – quase todas suas obras receberam algum –, condizendo com o fato de ser reconhecido como um dos escritores mais representativos da literatura brasileira contemporânea²⁷. *O centauro no jardim* (1980) foi incluído na lista dos 100 melhores livros de temática judaica dos últimos 200 anos, feita pelo *National Yiddish Book Center* dos Estados Unidos.

O estilo de Scliar é descrito por muitos como signatário da literatura fantástica – e sua declarada inspiração em Kafka atesta isso –, com profundas marcas de uma ironia fina e de um humor peculiar, autodefinido como "humor judaico ou equivalente"²⁸. Sua técnica narrativa "faz uso da fragmentação, de planos entrecruzados, o que garante solidez ao narrado e o estranhamento necessário para tornar sua escrita interessante e instigante" (NIEDERAUER, 2007, p. 152). Quanto às influências, a descrição no site da Academia Brasileira de Letras cita duas maiores: a condição de filho de imigrantes e a influência da experiência como médico, que lhe oportunizou contato com a doença, o sofrimento e a morte, bem como o conhecimento da realidade brasileira.

²⁷ A biografia sobre o autor, bem como ampla seleção de textos e crônicas, pode ser encontrada em sua página na Academia Brasileira de Letras (eleito em 2003): <<http://www.academia.org.br/>>

²⁸ "Importa-nos ressaltar que esse humor, que faz o leitor pensar antes de rir, caracteriza as narrativas scliarianas como caricaturas verbais desveladas a partir da ironia na busca do insólito, mostrando criticamente os absurdos da realidade humana quando se quebram convencionalismos sociais cristalizados. A ficção de Scliar desperta, no leitor, a noção do patético existente nas tragicômicas situações sociais, em que a irracionalidade, já banalizada, passa despercebida". (GUIMARÃES, 2005, p. 13).

Sendo um escritor consagrado, Scliar possui uma relativamente grande fortuna crítica acerca de suas obras – dentro das limitações da crítica universitária. Ana Cecília Água de Melo (2004, p. 1-3) identifica duas fases distintas na produção de Moacyr Scliar, tendo como ponto de rearranjo *O centauro no jardim* (1980). A autora defende que as novelas da década de 1970 são histórias de Porto Alegre, de seu microcosmo judaico – inspirado na memória, fundamentalmente – e mapeamento social da cidade, nostálgico e com ares de crônica. Com a publicação de *O centauro*, há uma expansão espacial e temporal, no mesmo momento em que Scliar deixava de ser um escritor do Sul para tornar-se brasileiro. As obras seguintes são grandes metáforas sobre o país, já com um estilo de escrita consolidado, situadas temporalmente entre 1935 e 1973, onde a tarefa pedagógica do escritor é mais sensível: "Os textos de ficção se desenvolvem pela glosa, principalmente, de materiais oriundos da historiografia e de estudos de orientação sociológica ou antropológica" sustentados por uma ampla erudição.

Contudo, nos inúmeros caminhos que são a interpretação de obras literárias, Ana Água de Melo não trilha aquele que vincula o autor à tradição literária sul-rio-grandense. Flávio Loureiro Chaves, por outro lado, liga o escritor à tradição da descoberta literária da cidade de Porto Alegre efetuada por Dyonélio Machado e Érico Veríssimo, autores que marcam a maturidade da ficção urbana no Estado. Para Chaves, *A guerra no Bom Fim*, *O exército de um homem só* e *Os deuses de Raquel* configuram uma primeira fase centrada nas vivências e no cotidiano dos imigrantes habitantes daquele bairro judaico da capital, transformando o Bom Fim em um microcosmo metafórico para a própria condição humana, denotando sua capacidade de grande narrador²⁹. *O ciclo das águas* (1976) inaugura uma nova fase, ainda com permanência do tema imigração judaica, mas partindo para uma abertura, centrada no recorte 1930-1970, em direção a uma análise crítica da vida brasileira, com ênfase no percurso da classe média (CHAVES, 1994, p. 73-77 apud MELO, 2004, p. 5-6.).

Regina Zilberman (1992, p. 77-86), por sua vez, demonstra o lugar de Scliar no quadro da literatura rio-grandense agrupando algumas de suas obras sob três ângulos diferentes. *Mês de cães danados* e *Cavalos e Obeliscos* são a crítica aos emblemas gaúchos. *Doutor Miragem* e *Os voluntários* ligam-se à tradição literária do Estado pelo

²⁹ "Nem Porto Alegre fora desenhada sob este ângulo, nem o judeu fora inserido como protagonista no mosaico brasileiro que a narrativa veio compondo de Alencar em diante. No Bom Fim de Moacyr Scliar o imigrante judeu e sua descendência ganharam a cidadania literária". (CHAVES, [sem data], p. 3).

foco nos filhos de imigrantes (não-judeus), sendo narrativas "realistas e lineares", sem a força das novelas que associam a temática da condição judaica aos recursos do gênero fantástico. *A guerra no Bom Fim* e *Os deuses de Raquel* são ressaltados pela vinculação entre o elemento fantástico e a cisão interna do judeu emigrado. *O centauro no jardim* é uma criação paradigmática, pois a figura do ser mitológico funde o gaúcho ("centauro dos pampas") e o judeu – a própria condição de Scliar –, problematizado através dos deslocamentos, adaptações, mas, principalmente na abdicação da liberdade de Guedali; a crítica à burguesia brasileira é percebida através do processo de enriquecimento da personagem, negando suas origens e dúvidas para ser feliz/aceito naquela classe social.

Seguindo a orientação de Zilberman, *Mês de cães danados*, então, aborda o "apego passadista à tradição", participando de um amplo programa da literatura sul-riograndense, "o de desmistificar os emblemas regionais consagrados", integrando-se a um panorama maior da cultura do Estado, o de narrar sobre "gaúchos caídos".

Estes emblemas da tradição foram estabelecidos pelo Regionalismo que se seguiu e imiscuiu-se à produção *partenoniana*, que na prosa de ficção do Rio Grande do Sul abrange um amplo período, cobrindo quase todo o século XIX, sobretudo a época do Partenon Literário, seguindo até os primeiros anos do Modernismo. Ressurge, na década de 1930, com forças e formas renovadas, apresentando-se dentro de uma ótica mais sociológica, seguindo os cânones romanescos do período. No Estado, além do tipo humano ideal e o meio – o gaúcho e a Campanha – fixou-se também um determinado tempo histórico privilegiado – os entornos da Guerra dos Farrapos (ZILBERMAN, 1992, p. 49).

Desta forma, o mote principal de *Mês de cães danados* (MdCD) dialoga com a instituição literária estabelecida no Estado – bem como *Cavalos e obeliscos* (CeO). Mário Picucha, o protagonista de MdCD, e Ernesto Mello – personagem principal de CeO –, respectivamente, são educados segundo os padrões de um passado de glórias fantásticas, no qual se destaca a imagem do campeiro como modelo de exercício da justiça, da aventura e do heroísmo. Porém, ao se defrontarem com a realidade, ocorre não apenas o desencanto, mas e principalmente, a paralisia das personagens. Dessa forma, Mário Picucha não consegue concluir seu pretensioso ato heroico e Ernesto, encontrado vivo o antepassado que supunha morto, o tão celebrado avô Picucha (coincidência?), acaba desistindo de seus projetos de carreira literária, resignando-se a

uma medíocre vida doméstica, sem as ousadias e os perigos aos quais a mitologia do pampa parecia seduzir (ZILBERMAN, 1992b, p. 81)³⁰. O desenvolvimento de ambas as personagens são, portanto, uma crítica irônica aos mitos que fundamentam a identidade/literatura tradicional do Rio Grande do Sul, quando os gaúchos mitológicos que um dia foram ou o sonharam ser, com seus valores e comportamentos, são destruídos, impossíveis de existirem diante da vida real.

Mês de cães danados foi publicado em 1977, recebendo o Prêmio Brasília, conferido pela Fundação Cultural do Distrito Federal concedido a obras de ficção inéditas. Segundo as próprias palavras do autor, o livro foi inspirado em dois elementos: "1) minha participação no episódio da Legalidade que, segundo me parece, foi a coisa mais próxima a um grande processo de transformação social que o Brasil já teve (se tivesse prosseguido, claro); 2) o noticiário da época"³¹. O estudante de medicina Moacyr Scliar vivenciou os dias da Legalidade, misturando-se à multidão na Praça da Matriz. Para ele, o episódio histórico ainda não tem "uma perspectiva adequada dos acontecimentos", e é possível "que os historiadores um dia venham a considerar a Legalidade o equivalente não violento de maio de 1968 em Paris. É possível que se diga que o País nunca esteve tão próximo de uma mudança estrutural, ao menos no pós-guerra" (SCLIAR, 1981)³².

Scliar teve, desde muito jovem, determinadas posições políticas: sua família era de esquerda³³. Em 1962, quando se formou médico, foi o orador da turma, e o discurso indica sua visão política. Inicia a fala citando o poema *Quatro mortos por minutos*, de Ferreira Goulart, e indica o papel social do médico: "tem hoje um lugar definido na luta pela emancipação social e econômica de nosso povo. Seu lugar é ao lado (...) de todos que lutam por um Brasil livre do subdesenvolvimento e da exploração". O triunfalismo do socialismo do período também se faz presente: "O mundo marcha para o socialismo, e nesse caminho está também o Brasil. Que seja um socialismo de fundo marxista, que

³⁰ Cabe destacar que o avô Picucha é um malandro, e como todo malandro, aproveitador e mentiroso, vivendo em situação de miséria, guardando como prova de sua identidade um único álbum de fotografias na gaveta de uma cômoda em seu velho casebre.

³¹ Citado por Guimarães, 2005, p. 70.

³² Neste texto, o autor comenta sobre o ambiente de extrema tensão anterior à definição do III Exército.

³³ Entrevista concedida pelo autor ao programa *Palavra de Escritor*, disponível no site da editora L&PM.

seja um socialismo de fundo cristão, não importa". O discurso foi finalizado citando Isaías, "o Profeta da Paz"³⁴.

Percebemos que a visão política do autor se relaciona com seu projeto literário³⁵. Muitos estudiosos destacam ser uma constante em seus trabalhos a crítica ao mundo contemporâneo, principalmente aos valores defendidos pela burguesia. Ao tematizar a mitologia gauchesca em *Mês de cães danados*, Scliar insere-se, também, como um crítico à sua construção ideológica subjacente, associada à classe proprietária. No texto regionalista tradicional, há uma divisão social (proprietários das estâncias e peões), mas não se apresenta desigualdade ou conflito, quando todos participam juntos das lides e guerras em uma "democracia rural" – a relação entre o pai de Picucha e os peões. Entre o conjunto de valores do "verdadeiro gaúcho", destacam-se a coragem, a disponibilidade para luta e o desejo pela liberdade e autonomia – todos encarnados no protagonista. Ainda, a escolha de um tempo belicoso, por facilitar a aventura: a Guerra dos Farrapos é substituída pela Legalidade.

Pelas palavras de Picucha Scliar critica os rumos que a sociedade vinha tomando. No âmbito cultural, a mesma tradição que é reinterpretada em sua narrativa é também transformada pela indústria cultural e pela ascensão do turismo, que privilegia exatamente as raízes culturais dos locais para vender a atração. Dentro desta atração local, Picucha é o gaúcho típico, mas agora mendigando pelas ruas da capital. Se por um lado a historiografia questiona a existência do gaúcho mitológico, por outro a sociedade em transformação, cada vez mais industrial e moderna – a pecuária agonizava –, converte o tipo campeiro numa excentricidade em extinção³⁶.

³⁴ Citado por MELO, 2004, p.70. A autoanálise de seu discurso de formatura está contida na obra *Cenas médicas*. Na entrevista ao programa *Palavra de Escritor*, Scliar declara a respeito de *O exército de um homem só*: "reflete essa minha vivência esquerdista, em grande parte marcada pelo marxismo-leninismo. Porque eu era um grande leitor de Marx, Lênin, Stalin. Toda a minha geração foi. Mas havia uma amargura em relação a isso, por causa, em primeiro lugar, do grande desastre que resultou o stalinismo, e por conta da confusão em que a esquerda vivia. Às vezes tínhamos a impressão de que aquilo era uma coisa meio maluca. Então, só um personagem meio maluco pra expressar esses dilemas da esquerda, mas ao mesmo tempo pra mostrar a generosidade que era o projeto socialista".

³⁵ Regina Zilberman (1992, p. 126) insere *Mês de cães danados* numa vertente engajada da literatura sul-rio-grandense, preocupada em refletir sobre os acontecimentos políticos dos últimos trinta anos, ao lado de *Incidente em Antares* (1971) e *Os tambores silenciosos* (também de 1977).

³⁶ "Se és turista, já sei que compraste um *pelego* para servir de tapete no teu quarto, um casaco de couro, um garrafão de vinho da colônia; já sei que comeste *churrasco de espeto corrido*; já sei que viste Gramado e Canela, e um *espetáculo folclórico*. Mas tudo isto decerto não te satisfaz, então te disseram: se queres ver um cara gozado, vai ali na Rua da Ladeira, fala com aquele sujeito que está lá de capa campeira. Por um trocado, ele te conta *uma história comprida, uma história incrível*". Picucha ainda encontra, na sarjeta, um disco da "famosa" dupla Guasca e Tropeirinho. (SCLIAR, 1977, p. 45).

Essa transformação da realidade é sintetizada pela própria narrativa que o protagonista desenvolve. Mário Picucha é, sem dúvida, descendente de Blau Nunes – e estes, dos velhos contadores de causos em torno do fogo de chão. A tradição oral campeira, sublinhada por vários escritores e poetas, em Picucha, é misturada ao seu contexto histórico – ele é a síntese³⁷. Se antes os tropeiros circulavam levando as histórias a cada paragem, informando e informando-se, nosso trovador moderno, em um primeiro momento – narrando sua infância – perfila-se a essa tradição: ele contará um *causo* ao Paulista, mas por dinheiro. A fonte é o anedotário dos pampas, orgulhosamente evocado como patrimônio familiar. Posteriormente, conforme a tensão da novela aumenta – com a crise que levou à Legalidade – a fonte de informação que legitima a fala torna-se o jornal *Correio do Povo*. O material jornalístico vai se imiscuindo até tomar quase por completo a fala do narrador. Além de ser representação da própria desfragmentação interna da personagem, também é um reflexo da modernização da sociedade, que passa a informar-se justamente através da mídia – a televisão também é citada –, e não mais através da oralidade.

O papel do *Correio do Povo*, o "noticiário da época", é fundamental para o desenvolvimento da trama. Não é exagero afirmar que o jornal, a partir de determinado momento, transforma-se em uma personagem da novela. Durante todo o enredo existe o diálogo entre as manchetes anunciadas e a história, tanto a pessoal de Picucha como a do Brasil. A narrativa, muitas vezes, é uma confusa mistura de enunciados. Contudo, se tomada como metafórica, faz pleno sentido. Em passagens, a miscelânea jornalística anuncia ironicamente o contexto através das propagandas ("*Torro Hitachi*" faz referências à presença de Jango no Oriente), ou por notícias diretas: "Guevara será recebido hoje por Jânio" (p.27) e "Ligas Camponesas. Aguardem notícias sensacionais para breve" (p. 25); em outras, faz-se menção aos próprios dilemas da personagem: "Distúrbios sexuais. Doenças do sangue. Fígado, estômago, intestino. Cura rápida. Varizes." (p. 26). Já no início da novela, Picucha declara a função da referência: "E se tiveres alguma dúvida sobre esta e outras informações podes consultar a coleção do

³⁷ "A situação do contador de histórias em face do gravador, numa rua agitada de Porto Alegre, dá a medida do choque entre tradicional e moderno, que se complica pelo fato de a sabedoria do narrador ser em boa dose alimentada pelos meios de comunicação de massa." (MELO, op. cit., p. 20).

Correio do Povo. Eles têm aqui, na Biblioteca." (p. 9) – uma crítica de Scliar à "objetividade e isenção" dos jornais?³⁸.

À medida que a tensão política crescia, o conseqüente "desgosto" do protagonista e as referências jornalísticas vão se alterando. Após a expressão "vinte e três de agosto, quarta-feira", são colocados pontos de interrogação, uma referência à instabilidade e confusão da personagem. Em "vinte e oito", Picucha chega a prever o que seria editado no dia seguinte³⁹. O ápice dessa interrelação é quando o jornal noticia a vida da personagem, numa referência delirante:

Aprovado no vestibular de Direito, entrega-se a uma vida de orgias. Deserdado por pai magoado e temeroso de perder suas terras. Impotente, incapaz de sustentar a amante, deixa a casa e vagueia pela cidade assistindo boquiaberto a cenas de convulsão social. (SCLIAR, 1977, p. 169).

Além da função irônica, de espelho, Lealis Guimarães identifica que a "sequencia temporal da história relatada na mídia é a única referência coerente no fluxo narrativo desordenado" (GUIMARÃES, 2005, p. 91). Nota-se que não há nenhuma referência temporal em toda a novela: infância, a adolescência em Pelotas, excetuando-se o *Correio do Povo* abordando a Legalidade. O diálogo com o jornal é o que estabelece a veracidade da narrativa que Picucha conta, ou, ainda, a própria relação com o evento histórico que serve como cenário: "a notícia da cena que havíamos testemunhado e que te contei fazendo minhas as palavras do jornal de hoje – de hoje, minto (minto muito, paulista? Que achas?); daquele sábado" (p. 127). Dessa forma, além de narrador, o *Correio do Povo* serve como registro histórico. A história do Brasil – e do Rio Grande do Sul – é a convergência narrativa da voz da personagem principal em meio a seus delírios.

Esse ponto de vista vai ao encontro da leitura que Regina Zilberman faz da obra. Para a autora, "Picucha sintetiza o passado e a história, porta-voz de uma época

³⁸ Algumas mensagens publicitárias, possivelmente, são também uma crítica à sociedade de consumo que começava a emergir: "*Cestas de Natal Amaral. Ponto por ponto o Simca Chambord é o mais bem equipado de todos os carros nacionais*". O Simca Charbord tornou-se um ícone automobilístico nacional – e não apenas pela música do Camisa de Vênus –, por ser o primeiro carro de luxo fabricado no país.

³⁹ "(No jornal do dia seguinte: *com sua "machine-gun" portátil firme no ombro direito, o Governador começou a falar. O nervosismo era indistigável, e dezenas de seus auxiliares, todos fortemente armados, movimentavam-se em febricitante excitação, empunhando modernas armas automáticas. Alguns choravam, a maioria transpirava abundantemente. É que no entender de todos havia chegado finalmente ao seu ponto culminante a crise iniciada sexta-feira. E o tom patético das palavras iniciais do Governador, aconselhando as crianças a abandonar as escolas e a todos os civis válidos a se prepararem para "gravíssimos acontecimentos" fazia bem supor ter chegado o momento crítico.*"). (SCLIAR, 1977, p. 152).

suplantada. É a memória incômoda do Estado, que quer se modernizar e esquecer as origens". Embora filho bastardo, o herói (anti-herói?) descende de um rico estancieiro, o que lhe concede o sustendo material para as aventuras em Porto Alegre no início dos anos 1960. Seus dois irmãos são peças fundamentais: o mais velho, adepto da Legalidade e de Brizola, e o mais novo, que se torna um rico industrial na "terra dos bandeirantes". Ambos representam "as tendências políticas que vieram a ser adotadas nos últimos 30 anos: a de esquerda, que acabou por aderir ao sistema; e a de direita, que pôde progredir e enriquecer". Se ambos corporificam o presente, Picucha é saldo do passado – e precisa ser eliminado, não apenas por sua decadência pessoal, mas pelo que representa. Deste modo, pouco importa sua não adesão à Legalidade e a tentativa de eliminar o governador, bem como não pesam suas ligações com os setores superiores da sociedade. A metáfora é outra, na medida em que Picucha "incorporou um passado espúrio e uma gênese a ser sonogada, tornou-se um elemento a ser suprimido. Sua execução enfeixa o processo, assegurando a homogeneidade deste" (ZILBERMAN, 1992, p. 127-128).

Discordando da interpretação de Zilberman, João Luís Lafetá vê problemas nas alegorias de *Mês de cães danados*. Para o autor, elas não foram muito bem-feitas, o que prejudica a obra como um todo. A necessidade que o protagonista tem de pegar o jornal todos os dias para marcar o que está acontecendo, "acaba obrigando-o, desde a primeira página até a última, a alegorizar, colocando em paralelo a estória de uma impotência sexual e de uma impotência política". Lafetá defende que Picucha "é a alegoria da impotência, da degradação completa daquele gaúcho mítico que conquistava tudo pela força. Mas é mal feita" (LAFETÁ, 1979, p. 42 apud MELO, op. cit., p. 183).

Ana Cecília Água de Melo, por sua vez, discorda dessa posição. Não é muito simples entender por que a leitura do *Correio do Povo* motiva a alegorização. Os eventos políticos são apenas aludidos ao longo da novela, e a personagem encontra-se confusa, não tendo como explicar ou analisar. Picucha era assinante do *Correio* nos tempos de estudante, mantendo um hábito trazido da infância, o de folhear o jornal no café-da-manhã. Assim, não há intenção de "documentar o período, mas sim de fragmentar e entrecortar a fala muitas vezes roubada pelas manchetes. Vale dizer, o jornal está irônica e criticamente colocado". Em relação ao gaúcho mítico, "aparece como algo já completamente datado, o que fica evidente nas imagens-clichê da infância e nas referências à indústria do turismo". Por outro lado, "as imagens desbotadas das

cavalgadas nas coxilhas surgem da necessidade de remontar ao passado para compreender o momento presente". O destino final do protagonista, após estabelecer uma vida muito confortável na capital, é trágico e "a impotência sexual precipita a degradação física e mental do rapaz"⁴⁰. Em seguida, recebe uma carta do pai – que chama Brizola de "pulha" –, é deserdado, herdando, mesmo assim, a espada da família, já que o primogênito fugiu da estância por discordar das regalias que Picucha possuía em Porto Alegre. Sentido-se oprimido pela impotência e pela lembrança idílica da família, toma a espada e assume a identidade de gaúcho-guerreiro, indo em busca da redenção: tentar encontrar o irmão e matar "o pulha". É justamente nesse momento que revela a artificialidade de suas lembranças da infância⁴¹. Em delírio, acredita ver o irmão ao lado de Brizola na janela do Palácio. Para Melo, o final da novela é exemplar: "A derrocada que se segue à descoberta da impotência e à leitura da carta do pai imbrica os conflitos familiares, a crise política e as imagens tradicionais do Rio Grande e do gaúcho" (MELO, op. cit., p. 183-186).

Independente das posições mais ou menos subjetivistas, *Mês de cães danados* demonstra uma grande reflexão sobre problemas vivos do Brasil – alegoricamente, e por meio de inúmeras metáforas e interpretações irônicas, pelo avesso. Naturalmente, a narração sobre o passado expõe a tomada de posição do autor, tanto em meio à instituição literária, quanto politicamente. Certo é que Scliar concebeu uma obra viva e perene sobre o Rio Grande do Sul.

2.2 – Antônio Carlos Resende e o amor nos tempos da Legalidade.

Antônio Carlos Trommer Resende nasceu em 1929 no interior do Rio Grande, Cachoeira do Sul. Sua trajetória de vida não é o que costumamos ver num autor com 12 obras publicadas e excelente recepção crítica. Ao contrário da imagem clássica da

⁴⁰ Esta passagem é belíssima: "Penso agora que aquele foi o instante supremo, o instante que antecipou tudo – inclusive eu estar aqui sentado, te falando. E o lembro muito bem. Lembro as confusas imagens que me povoaram as retinas quando minhas pupilas se dilataram de espanto e, porque não dizê-lo, de terror. Estandartes de couro esfarrapado drapejando ao vento. Línguas sangrentas caindo como chuva do céu. Vacas lambendo vaginas de velhas. Coxilhas arrancadas, como seios decepados, da terra. A cara enorme de Artêmio, vermes entrando e saindo de buracos em sua pele. Minha irmã, pelada, fazendo caretas e mostrando a língua. Meu pai me olhando, acusador". (p. 121)

⁴¹ "A estância, paulista? Nunca estive lá. Nunca vi o meu pai montar a cavalo. Nunca vi a mulher dele, a legítima. Nunca vi a minha irmã, a minha meia-irmã. Nunca vi um gaúcho galopando, a não ser numa festa crioula, em Pelotas. Não conheço a fronteira. Não conheço o pampa. Existe pampa? Existe Rio Grande? Nunca vi o boi empalhado, nem a ema fugaz. Mas vi o tordilho doido". (p. 161).

criança que um dia se tornará escritor, tímida e isolada, que encontra refúgio nos livros, era avesso aos estudos, arto e bom de briga: "diziam que eu era meio-louco". Os livros e o colégio começaram a fazer sentido somente na adolescência, tornado-se bom estudante e formando-se em 1945. A formatura onde seria orador da turma é cancelada: foi acusado de comunista.

Seguindo o caminho comum a todos os jovens do interior que desejavam seguir estudando além do ginásio, muda-se para Porto Alegre. A condição social da família não permite que seja sustentado: "viajei com o dinheiro contado", conseguido pela mãe junto ao pai, bancário. Em 1946, faz um teste para a Rádio Farroupilha, iniciando um estágio não remunerado. Durante as férias escolares na cidade natal, faz locuções e radioteatro na recém-criada Rádio Cachoeira. De volta à capital, inicia o primeiro trabalho como locutor comercial na Rádio Farroupilha. Iniciava-se a longa e reconhecida carreira como radialista. No início dos anos 1950, começava a narrar futebol, setor pelo qual é, até hoje, reconhecido como um dos grandes nomes da história do rádio. Até se aposentar, em 1978, Resende passou, ainda, por diversas rádios: Guaíba, Difusora, Rádio Nacional do Rio de Janeiro (1970-75). "O rádio foi minha vida verdadeira" (RIO GRANDE DO SUL, 1988, p. 12), declara o autor. Teve uma curta passagem pelo meio de comunicação que substituiu o rádio: em 1975, como diretor da TVE-RS e em 1978, na TV Difusora (hoje Bandeirantes), fazendo áudio esportivo⁴².

Paralelamente, cursa Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Formado em 1954, advoga apenas dois anos, pois "não tinha talento nem vocação"⁴³. Contudo, em 1953, ainda estudante, entra em contato com o grupo em torno da *Revista Crucial*, de Porto Alegre. Surgida no início dos anos 1950, teve apenas cinco exemplares e tinha como proposta a indicação de novos rumos para a literatura do Estado. Liderados por Paulo Hecker Filho, participavam ainda José Paulo Bisol – que também trabalhava no rádio e o apresentou ao grupo –, Lineu Dias, Vera Mogilka e Dionísio Toledo. Este contato com os escritores o transforma radicalmente: "o grupo, inteligentíssimo, humano, sem preconceitos, me revelou o que era e o que podia ser como homem"⁴⁴.

⁴² Entrevista do autor ao projeto "Vozes do rádio" da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/a_carlos_resende_comp.html>.

⁴³ Idem.

⁴⁴ RIO GRANDE DO SUL, op. cit., p. 11.

Paulo Hecker Filho⁴⁵ é considerado por Resende sua maior influência, referido como "meu mestre":

Quando tinha 23 anos, comecei a conviver com o Paulo Hecker Filho e com a turma da revista *Crucial*. (...) O livro de críticas que o Hecker publicou em 1949, chamado *O Diário*, me abriu as portas para o universo da literatura, eu que só lia Eça, Machado, Aluísio Azevedo. Então, eu vi que havia Sartre, que havia Camus, que havia Simone de Beauvoir, enfim, centenas de escritores dos quais ele fazia a crítica. E eu lendo, lendo. É claro que não foi fácil, eu trabalhava e estudava Direito. (ILHA, 2008, p. 8).

É nesse momento que o escritor começa a ser realmente formado. À época, passa a ler até dez horas por dia: Balzac, Dostoievski, Borges, Cortazar, Moravia, Cesare Pavese, Unamuno, Ortega y Gasset, bem como os poetas modernos franceses. Dos brasileiros, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Manuel Bandeira e Drummond.

A diferença de idade entre os dois era de apenas três anos, mas através das obras e do contato com Hecker percebe "a densidade da obra literária". O *métier* literário era coisa muito séria, exigia dedicação e empenho. Não havia espaço para amadorismos: "Se pretendia fazer alguma coisa, precisava duma nova consciência literária a ser composta a cada instante, por meio da leitura insistente. Em poucos anos, creio que já conseguia reconhecer num livro a presença ou ausência do valor estético".⁴⁶

O estilo foi sendo burilado lentamente, através da produção de contos e poesias reservados aos amigos mais próximos: "todos devidamente rechaçados pelo Hecker. Dizia que minhas narrativas seguiam um estilo jornalístico, ou seja, não tinham alma nem emoção". As palavras do amigo calaram fundo: "Até hoje, quando estou escrevendo algum romance, me pergunto: estou com alma?"⁴⁷. "Um pouco por preguiça, outro pouco por pudor", a alma se fez presente somente aos quase 50 anos, concretizando-se em 1978 na estreia com *Magra, mas não muito, as pernas sólidas, morena*, editado pelo IEL em conjunto com a L&PM. Cabe ressaltar que a dedicação à literatura só emergiu verdadeiramente com o seu afastamento do rádio.

Bem recebido por público e crítica, a obra silenciou os receios de publicação⁴⁸. Resende publica, então, um livro por ano, todos pela editora Globo: *O Rapaz que suava*

⁴⁵ A melhor, das poucas referências a Paulo Hecker Filho encontradas online, está disponível no seguinte endereço: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=hecker>>. O primeiro a ler todos os livros de Resende, antes de qualquer outra pessoa, sempre foi Hecker.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ ILHA, 2008, p. 8.

⁴⁸ "Sempre considerei importante publicar e seguir uma carreira literária, mas eu tinha de fato um

só do lado direito (1979), *O Louva-a-Deus* (1980) e *Pedro e Lia* (1981); dois anos depois, retorna para a L&PM, publicando *Por que me olhas Maria Carolina?*. Com apoio do grupo RBS, de jornais e da propaganda no rádio, *O Rapaz...* vende quase 40 mil exemplares, um recorde absoluto, mesmo com a significativa expansão que o mercado editorial conheceu ao longo dos anos 1970.

O contexto literário no qual Resende começa a publicar – além do aumento no número de editoras e consumidores – também se transformava internamente:

A literatura brasileira passa por um alargamento temático. Se a tônica é a diversidade, se são muitas as tendências e as inflexões, pode-se perceber como uma constante nas letras do período, a expressão do avesso e o enquadramento do coeficiente de desordem. (...) A linguagem, muito próxima da expressividade coloquial, é fluente e sem pudores. Havia a temática da repressão e da tortura; as memórias cujo pano-de-fundo era o cenário político; e, por outro lado, o erotismo entrava na ordem do dia.

(...)

O corpo surgia como questão, foco importante das discussões. Dos testes de Cooper aos exercícios de ioga, passando pelas sessões de psicanálise reichiana nas quais o orgasmo era fundamental, o corpo passou a ser o grande centro de interesse da década. (RIO GRANDE DO SUL, op. cit., p. 13).

Todas estas reformulações entusiasmaram e estimulam-no à criação – e podem ser percebidas em várias de suas obras. O resultado arrebatou também aos críticos: "Guilhermino César, que então dirigia o Instituto de Letras da UFRGS, dizia que eu era o único escritor do Rio Grande do Sul. Mas o Guilhermino já estava velho, então desconfio muito dessa opinião (risos)"⁴⁹. A temática, "na qual registra segmentos da sociedade gaúcha em narrativas cuja vertente é o erotismo e a apologia da paixão"⁵⁰, destoou o autor da maior parte da literatura sul-rio-grandense, tanto da instituição literária, quanto dos principais autores que atingiam expressão nacional saídos do Estado – logo, "legítimos" representantes de nossas letras –, demarcando um território muito particular.

De acordo com Regina Zilberman, Antônio Carlos Resende filia-se ao romance psicológico, vertente pouco explorada nas letras do Estado:

bloqueio neurótico dentro de mim em relação a isso. (...) Na verdade, eu tinha medo de não ser aceito. Quem escrevia na época [1977] eram Josué Guimarães, Moacyr Scliar, Luis Fernando Veríssimo! E tinha também a Lya Luft (...) Eu, ao contrário, era um cara do rádio. Tinha medo que dissessem que era bobagem um sujeito como eu pensar em escrever ficção". (ILHA, op. cit., p. 8).

⁴⁹ Ibid, p. 9.

⁵⁰ RIO GRANDE DO SUL, op. cit., p. 13.

Dentre os gêneros narrativos, a ficção voltada ao mundo interior das personagens conta com menor tradição histórica: as obras que a constituem provêm da geração mais nova da literatura sul-rio-grandense. Formam eles sua vanguarda, porque, ao lado da temática, pesquisam processos artísticos inusitados, fato, aliás, peculiar à corrente a que se filiam, via de regra a mais experimental do Ocidente, conforme indicam as criações de Virginia Woolf, Marcel Proust, James Joyce e Wiliam Faulkner, artistas que inauguram o *front* de onde combatem também os ficcionistas locais. (ZILBERMAN, 1992b, p. 20).

Reynaldo Moura foi o precursor com a obra *A ronda dos anjos sensuais*, de 1935, explorando ao máximo a técnica de introspecção; nos romances subsequentes deste autor, as teses freudianas são amplamente utilizadas. Dyonélio Machado também foi influenciado pela psicanálise nos contos de *Um pobre homem*, e vale-se do discurso interior em romances como *Desolação* e *Passos perdidos*. Telmo Vergara (contista) e Athos Damasceno Ferreira (romancista) também utilizam a voz interna dos protagonistas como recurso narrativo. Ainda, Érico Veríssimo escreveu *Noite* inspirado pela psicanálise (ZILBERMAN, 1992, p. 138-139).

A vertente intimista foi bastante explorada durante os anos 1960, na chamada "explosão do conto gaúcho". Muitos dos autores pesquisam "os fantasmas íntimos dos seres humanos, em detrimento da representação social" (ZILBERMAN, 1992b, p. 19). Gilda Bittencourt (1999, p. 94) identifica a vertente "existencial-intimista" como a segunda mais recorrente entre os contistas daquele período. Lara de Lemos e Tânia Faillace desenvolvem amplamente o gênero, focando a narrativa no íntimo de personagens femininas. João Gilberto Noll e Caio Fernando Abreu centram muitas de suas obras no amor e no erotismo, características muito presentes nesta vertente. Ainda, Sérgio Faraco é arrolado como cultor da literatura psicológica em vários de seus contos (ZILBERMAN, 1992b, p. 20).

Resende é um declarado pesquisador da técnica do fluxo de consciência⁵¹. Na maior parte de suas obras, há a "técnica da introspecção, interessado em pesquisar as reações dos protagonistas ao surgimento e expansão do amor e do sexo" (ZILBERMAN, 1992, p. 142). No enredo de *O rapaz que suava só do lado direito* nota-

⁵¹ Na entrevista realizada por Dileta Silveira Martins, Maria Luiza Fleck e Sérgio Caparelli com Resende, contida na citada publicação do IEL, o autor esclarece muito de suas técnicas literárias. Há uma passagem belíssima: "Meu processo de escrever é o mais primitivo. Deixo que o inconsciente flua até a mão e depois rebato à máquina. Há os dolorosos momentos em que o consciente briga com o inconsciente ou vice-versa. Pego um núcleo e o cerco de meus fantasmas e depois os transformo em carne, osso, espírito, alma". (p. 13). Em outra entrevista, ao programa *Letras Nossas*, comentando sobre o último livro, *Roubai-vos uns aos outros*, lançado em outubro de 2009, novamente é frisado o fato de escrever à mão e depois passar à máquina. Mandinga?

se a clara influência das teses freudianas a respeito do complexo de Édipo e consequentes desdobramentos trágicos – o próprio interlocutor do protagonista é um psicanalista alemão. As teses de Freud estão presentes não só na obra – escrever é auto-análise? – como também na própria biografia do autor. No final dos anos 1960, Resende fez terapia individual e posteriormente em grupo com o Dr. Cyro Martins; de 1975 a abril de 1977, novamente análise de grupo: "quando me dei alta. Logo comecei a escrever, o que é sintomático. Não sei se estava bom para a vida ou bom para escrever, se é que escrevo"⁵². Essa influência psicanalítica é um dos pontos de encontro do autor a determinada vertente dentro dos escritores subjetivos do Estado.

Privilegiando narrativas onde o amor e o sexo são temas centrais, a voz narrativa em Resende é a primeira pessoa, subjetiva, fundado na lógica interior das personagens principais. Há, contudo, duas exceções na obra *resendiana* – não na exclusão do amor sexual, mas no tratamento do exterior: *O rapaz que suava só do lado direito* e *Pedro e Lia*. *O rapaz...* ambienta-se na própria época em que foi publicado (1979) e é uma homenagem à juventude daqueles anos, filtrada pelo estilo particular do autor, claro: "como não tinha feito nada sobre a revolução de 1964 (...) resolvi fazer o livro sob o ponto de vista de um estudante contestador. Era um compromisso meu, pessoal: um sujeito de esquerda como eu que não fez nada contra o golpe de Estado". E a tradicional autocrítica: "Por alienação, vagabundagem mesmo. Eu só queria ler, não estava nem um pouco preocupado com a realidade"⁵³. *Pedro e Lia* ambienta-se durante a Legalidade. Assim, ambas as obras valem-se da história do Rio Grande do Sul, e do Brasil, como cenário, preocupação até então não demonstrada. Paradoxalmente, ambos os livros foram renegados por Resende⁵⁴.

Renegar é verbo forte. Mesmo assim, *Pedro e Lia* sobreviveu a estes 20 anos de ostracismo intelectual – mesmo sendo uma criança com apenas sete anos de vida. Lançado em 1981, é o único livro de Resende em que a voz narrativa é na terceira pessoa, para o autor, uma técnica narrativa mais simples: "podes arbitrariamente entrar no pensamento do personagem principal, do secundário, dos outros personagens" e foi

⁵² RIO GRANDE DO SUL, op. cit., p. 4.

⁵³ ILHA, op. cit., p. 9.

⁵⁴ Na entrevista ao caderno de cultura do IEL, em 1988, Resende renegou as duas obras. Na entrevista à revista *Aplauso*, contudo, resigna-se: "Reneguei-os há 20 anos por estar deprimido. Eu havia perdido o olho esquerdo (...) De fato, naquela entrevista usei a palavra 'renegar' para alguns livros. *Pedro e Lia* talvez ainda se salve pelo tributo a Simone Weil e à figura ficcional de Brizola. *O rapaz que suava só do lado direito* foi uma homenagem à juventude de 1977, não sei se ainda vale (...) Fazem parte de mim. Eu os reincorporo". (p. 8)

uma resposta à provocação de Josué Guimarães: "Eu quero ver como tu te saís na terceira pessoa porque na primeira acho fácil demais".⁵⁵ Destoa, também, das demais obras *resendianas* pelo fato de ambientar-se num episódio histórico, aspecto que o religa, de certa forma, à tradição literária do Rio Grande do Sul.

O cenário escolhido para desenvolvimento do enredo é evidenciado na primeira linha da obra: "Pedro conheceu Lia nos primeiros corre-corres de agosto de 61." (RESENDE, 1981, p. 1). Obra dividida em duas partes, a primeira trata dos encontros e desencontros dos protagonistas no agosto da Legalidade; a segunda, passa-se em dezembro daquele mesmo ano.

O autor relata suas impressões o período:

Foi um negócio sensacional. Eu não participei da rádio [Rede da Legalidade] não porque eu não gostava do Brizola, até gostava, mas por simples preguiça e descrença. Eu não estava acreditando naquilo. Mas depois, passados os anos, me recuperei e escrevi um livro sobre a Legalidade, ressaltando a figura de Leonel Brizola. Exaltando. Um outro escritor não exaltou. Eu me recuperei, me resgatei (...) escrevendo um livro sobre a Legalidade. Mas foi um romance. Um romance que exalta o Brizola, mas romanticamente, "novelisticamente". (RESENDE, 2001).

Como vimos, mesmo com o arrebatamento que acometeu vários profissionais do rádio que se transferiram voluntariamente para os porões do Piratini, ele não o fez. Nesse período, Resende estava no auge de sua carreira como locutor esportivo. O autor nasceu e cresceu na época de ouro do rádio – décadas de 1940 e 1950. Em um país onde a grande maioria da população era analfabeta, os meios de comunicação impressos eram pouco eficientes – fator que também explica a imensa capacidade de mobilização despertada através da Rede da Legalidade. Pode-se dizer que o rádio estabeleceu uma integração nacional, ao unir indivíduo e coletividade. A classe média urbana, principal público ouvinte, passa a se identificar com a imagem da nação que é formada (inventada?). A "radiomania" moldou o padrão de comportamento e a opinião pública por décadas, cumprindo a função que hoje é da televisão – inclusive como aparelho de lazer coletivo. Resende viveu tudo isso, e refere-se, saudosista, a esses tempos como "rádio, rádio significativamente rádio, rádio realmente rádio: o radio teatro, rádio com notícias, rádio com cantores, com orquestras".⁵⁶

⁵⁵ RIO GRANDE DO SUL, op. cit., p. 6.

⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL, op. cit., p. 12.

Mesmo não fazendo menção à *Voz da Legalidade* na obra, o núcleo de personagens principais, na primeira parte, circula por Porto Alegre em meio a toda agitação que acontecia. Em diversas cenas, estão indo para os comícios que aconteciam defronte ao Palácio Piratini e da sede do Executivo da cidade, o Paço Municipal. Pedro e Lia, inclusive, se encontram pela primeira vez em frente à Prefeitura: "Ela estava em cima duma cadeira a clamar contra o golpe iminente" (p. 1). O narrador-onisciente, ainda, permite-se certas intromissões no íntimo das personagens, mesclando a subjetividade amorosa aos fatos políticos⁵⁷, ou a própria análise política que as personagens fazem da situação⁵⁸. As personagens, todas de esquerda, também posicionam-se: "Pedro achava que o Vice assumiria cedo ou tarde, a Legalidade se espalhara, era o fato político mais importante dos últimos anos." (p. 19); lendo as manchetes do jornal (sem citar qual) noticiando que Jango voltaria por Nova Iorque, Pedro "compreendeu que a vitória chegaria" (p. 24).

Os diálogos, muitas vezes, transmitem o clima de incerteza que pairava no ar: boatos do ataque da divisão de tanques do III Exército, ataque aéreo ao Piratini, etc. Retratando o cotidiano, em alguns momentos determinada personagem traz a notícia, comunicando às demais⁵⁹. Em outros, o narrador em terceira pessoa informa o que estava acontecendo, como em "A *Voz da Legalidade* anunciava a chegada, à noite, do novo Presidente." (p. 43); a maioria dos discursos mais importantes da Legalidade – e que acabaram tornando-se documentos da história contemporânea brasileira – também são transmitidos pelo narrador, como a fala de Jango no Piratini e a de Brizola (p. 54).

⁵⁷ "Estaria [Lia] no aeroporto? E Geraldo? E se os dois estivessem juntos sozinhos? Desviou-se pro instante político que iria viver no aeroporto. O novo Presidente poderia ser preso antes mesmo de desembarcar, falavam no ônibus. Impossível, o Comandante do III Exército tinha comprometido sua carreira no movimento e não recuaria. Garantiria o desembarque e a posse." (p. 44).

⁵⁸ "Os quatro amigos acenaram para ele e o Governador quando o automóvel transitou devagar, empurrado pelo povo. Não ostentavam um ar vitorioso, senão o dos que contam com a ajuda do destino pra vencer o que deve ser. Bondade natural simples a do Presidente, o ar do Governador era de pressa, impaciência, de quem sabia o que queria. Um completaria o outro? Se interrogou Geraldo. Era preciso que se aceitassem..." (p. 45).

⁵⁹ "Marcos reapareceu e disse que o Governador havia requisitado a Rádio Guaíba, todas as emissoras transmitiam notas e informações. Érico Veríssimo telegrafara ao Comandante do III Exército a favor da Constituição e posse do Vice. Procurou conhecer, de Pedro e Lia, a atmosfera do Palácio e explicou: - É um fortim de guerra, na cobertura há ninhos de metralhadoras espalhados, sacos de areia, o próprio Governador carrega uma metralhadora." (p. 26). Ou ainda "-Tens acompanhado pelo rádio, Pedro? O Vice está em Nova Iorque. Falam que entrará no Brasil pelo Rio Grande do Sul, via Buenos Aires. Está pronto pra assumir e prometeu lutar contra qualquer desordem no País" (p. 28).

Um das citadas homenagens que Antônio Carlos Resende prestou em *Pedro e Lia* foi a Leonel Brizola, "o único político do Brasil que evitou um golpe de Estado"⁶⁰. O então governador do Rio Grande do Sul é uma personagem do livro: em duas insólitas cenas Lia encontra-se e conversa com ele; posteriormente é referido que continuam trocando cartas⁶¹. A primeira ocorre logo nas cenas que abrem a novela, quando Pedro a conduz para dentro do Palácio utilizando suas prerrogativas de funcionário público e há um diálogo entre Lia e Brizola, quando a jovem tenta transmitir seus ideais utópicos ao líder do movimento: "Começar agora a revolução. Mudar a Nação de ponta a ponta, em seguida a máquina que oprime." (p. 2). No segundo encontro, são conduzidos ao interior do Palácio por um deputado da oposição, amigo de Geraldo e novamente há uma conversa entre a protagonista e o governador. A incerteza dos boatos é narrada nesta cena, quando um deputado assustado subitamente, "feito janela que abre com o vento", comunica que os tanques estão vindo para atacar, ao que se segue um discurso de Brizola conclamando à coragem os que ali estavam – "Aqui não há lugar para os que têm medo de morrer"; Lia responde também discursando, mas pedindo compreensão para a ansiedade "na mesma medida em que consegue compreender nossa solidariedade, nosso desapego, nosso medo de morrer": "O Governador apertou a mão de Lia, abraçou-a, pulou ágil da mesa e estendeu a mão pra que ela descesse". (p. 33-34).

A concepção das personagens é uma mistura de autobiografia e registro histórico. Como todos os protagonistas masculinos de Resende, Pedro Brandel tem uma visível semelhança com o autor: as aspirações e preferências literárias – sempre se diminuindo, concebendo-se como medíocre –, a advocacia frustrada, a antiga vida no interior, etc⁶². Geraldo Nelke é a clara homenagem a Paulo Hecker Filho: escritor conceituado na cidade – Lia e Marcos conhecem-no –, advogado formado que ajuda o pai, conselheiro sentimental de todos⁶³; o papel que desempenha é uma constante nas

⁶⁰ Entrevista do auto à série *Scripta* do programa *Letras Nossas*, disponível no site da editora L&PM.

⁶¹ "- Fala-se com o governador e ele dá um jeito. – Nem lembra mais de ti. – Lembra. Lhe mandei umas cartas sobre a condição do operariado e o golpe que preparam. – Respondeu? – Quer falar comigo." (p. 73).

⁶² "Pedro repassava sua vida. Interior, os pais, irmãos, a irmã mais moça, Maria, a Faculdade, as namoradas, uma a uma, a literatura, a ligação de mais de ano com Rosinha, a prostituta menos prostituta de Porto Alegre, que jurara matá-lo se fosse abandonada, e ele a deixara por ciúmes (...) Ao emprego se acomodava, a advocacia adia, a dúvida entre advogar e a literatura, a política, o marxismo, as, a existência a se evaporar." (p. 43).

⁶³ "Em 1957, acaso do destino, encontrou um escritor que lhe imprimiu outro modo de encarar a literatura e a vida. Geraldo Nelke, manso feito um pai, lhe ensinou os verdadeiros cânones da Literatura, da Poesia, da arte de viver. Emprestou-lhe livros de autores de que nunca ouvira falar, mostrou-lhe o significado dos

obras de Resende: um interlocutor do protagonista apaixonado que, em determinado momento da trama, "prevê" o que irá tragicamente acontecer e, mesmo assim, o protagonista o faz, demonstrando a instabilidade do amor.

O casal de irmãos, Lia e Marcos Stern, é o registro histórico. Marcos é um brilhante matemático e músico. Comunista filiado ao "Partido", através de sua fala mostram-se as posições dos setores intelectuais que seguiam esta vertente revolucionária, imensa no Brasil daqueles tempos:

Talvez os anos 1960 tenha sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade. Então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução (...) tanto que o próprio movimento de 1964 designou a si mesmo com revolução. As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente o debate político e estético. Rebelião contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas. (RIDENTI, 2003, p. 135).

Marcos é um retrato do intelectual engajado, revolucionário, sempre pregando mais ação e menos debate⁶⁴. Introduzido na trama quando fora preso justamente por seu posicionamento político, é a única personagem que critica em alguns momentos Brizola⁶⁵. O contexto histórico também é demonstrado por seus posicionamentos, através da narração interna: "A esperança era que a greve de São Paulo se ampliasse por todo o País e forçasse o Congresso a tomar uma decisão sobre as reformas de base (...) O primeiro-ministro dançava na corda bamba, acomodava. O Presidente precisava de seus legítimos poderes pra movimentar os líderes e o povo. A seu ver, as reformas, se significavam pouca coisa, serviam ao menos pra conscientizar as massas e levá-las à definitiva revolução que o Partido pleiteava." (p. 89-90).

escritores autênticos, importantes. (...) Deu-lhe especial amizade". (p. 13). Em outra passagem, as atividades que Geraldo desenvolve são as mesmas de Hecker: "-Verdade que passas o dia lendo? – Conversa. Ajudo meu pai na advocacia, brigo nos cartórios. Tenho a correspondência, os livros pra escrever, as mulheres. Isso é coisa do Pedro..." (p. 93). Merece destaque especial a correspondência, que levou Luis Antônio de Assis Brasil a declarar: "Não havia quem lançasse um livro e não recebesse uma carta dele".

⁶⁴ "Discursar nas saídas das fábricas, redigir e distribuir panfletos, viajar pelo interior, fazer contatos com líderes sindicais, conferências, arregimentar gente..." (p. 93).

⁶⁵ Geraldo e Pedro compartilham a mesma visão sobre Brizola: "Era um achado o estilo coloquial do Governador, a oratória ostensiva, arrebatada, saída de moda. A linguagem simples fazia o povo entender melhor os problemas e sem ele movimento algum ia adiante. O Governador, sem maior cultura, era dono duma forte realidade interior e sabia transmiti-la com verdade. Iria acabar sofrendo, os vitoriosos não são perdoados." (p. 20).

O argumento central da personagem, contudo, é o fato de ser homossexual e ter medo de assumir sua verdadeira sexualidade. Discute com Geraldo, sempre o conselheiro, as possibilidades e empecilhos para desnudar-se diante da sociedade, mas não demonstra nenhuma resolução. Sendo inspirado, profissionalmente, no irmão de Simone Weil, não foram encontradas informações para determinar se seu homossexualismo também é inspirado em André Weil. Na trama, este traço de sua personalidade faz parte do círculo de tensão sexual entre as personagens centrais – constante nos livros de Resende. Marcos acredita que Pedro possa estar aproximando-se da irmã por estar apaixonado por ele, toca-o no rosto em uma das noites em que o protagonista hospedou-se na casa dos Stern, e convidando-o para sair. Pedro, absurdamente apaixonado por Lia, chega a cogitar a concretização dessa possibilidade simplesmente para manter-se em contato com o sangue e a carne feitos da mesma matéria da amada. Geraldo deseja Lia, mas mantém-se em silêncio, em respeito ao amigo, percebendo a intensidade daquele amor, resolve "amá-la em silêncio nos olhos de Pedro." (p. 138). A volúpia, mais forte que a razão, escapa entre os suspiros de uma noite num randevu da Farrapos: chama a prostituta de "Lia", mas contém-se.

Lia Stern ama Deus e, mesmo sendo ela própria, deve muito a Simone Weil⁶⁶:

É baseado numa escritora, Simone Weil, francesa, que realmente existiu e morreu em 1943. Então ela ressuscita, tem ideias dela em *Pedro Lia*, e ela é judia, mas não se interessa muito pelo Pedro. Pedro percebe no meio da *Legalidade*. E depois da *Legalidade*, tem amor e não vou contar o final. *Pedro Lia*. E assim são os livros. (RESENDE, 2001).

Pesquisando sobre a filósofa francesa, é até um pouco difícil acreditar que Lia é ela mesma. Marcos (e os pais) também é inspirado no irmão matemático de Simone. Não apenas o pensamento de Weil está transcrito através da boca da personagem, mas também atitudes e até mesmo aspectos físicos são semelhante – para não dizer idênticos. O próprio espanto de Pedro na primeira vez que viu Lia discursando, seduzido por aquela morena, vestida de forma estranha, usando óculos sobre o nariz fino e proeminente, de boca pequena e bem desenhada, pode ser o espanto de Resende diante da obra da francesa.

Simone Weil (1909-1943) era chamada na juventude de "la vierge rouge", mas decepcionou-se logo com o socialismo burocrático soviético: a opressão vinha das técnicas de produção industrial, não do sistema político no qual elas estavam inseridas.

⁶⁶ Apropriação da dedicatória em *Pedro e Lia*.

Filósofa militante, para entender realmente a condição proletária abandonou a licenciatura para trabalhar por um ano como operária metalúrgica, em 1934. A experiência resultou num completo abandono da ideia romântica de que o proletariado poderia ser ajudado, bem como as concepções em prol de uma automação mais "humanizada". Ativista, participou da Guerra Civil espanhola, ferindo-se gravemente, o que intensificou suas enxaquecas e a obrigou a afastar-se da licenciatura. Pesquisadora de diversas religiões, antigas e modernas, viveu duas experiências místicas ao longo da vida: Jesus havia tomado seu corpo em uma delas. Extremamente ascética e estoica, viveu uma vida muito isolada e solitária – um de seus pressupostos existenciais, inclusive –, assemelhada muito ao comportamento patético de uma mártir. Morreu de tuberculose, aos 34 anos⁶⁷.

Como bem disse Resende, Lia é Simone ressuscitada. O trabalho na fábrica, a busca irritante pela distância em relação a tudo e a todos, a ascese, o ativismo, a crítica à opressão das máquinas e o conseqüente embotamento existencial dos operários, o idealismo, a religiosidade independente de instituições, as experiências místicas advindas das dores e privações físicas, enfim, tudo. É bem provável, inclusive, que muitas das falas de Lia no livro são citações das obras de Weil não referidas pelo autor. Nos mais mínimos detalhes a semelhança entre as duas se faz presente. O vinho que o pai de Lia abre num jantar é proveniente da Alsácia, terra natal dos pais de Simone – e dos de Lia. Em uma das cenas, Lia estava lendo uma obra sobre psicologia hindu: Simone aprendeu sânscrito e chegou a traduzir partes do *Bhagavad Gita*.

A diferença, em nossa Simone porto-alegrense, é o toque sul-rio-grandense: "A Legalidade me embriagou, me atordoei. Estava sonhando" (p. 62). E até nesta inserção política as duas são parecidas. Fato é que mesmo em meio a todo este misticismo e êxtase espiritual, Resende não esqueceu que é um escritor de personagens desequilibrados por uma paixão avassaladora. E talvez seja essa a real diferença entre Lia Stern e Simone Weil.

Esta inspiração na biografia de Simone também conduz à segunda parte de *Pedro e Lia*. Os meses que mantiveram os protagonistas separados fizeram Pedro "cair no abismo", longe da amada Lia que preferiu manter a existência intangível. A frase que utiliza também é um indício das teorias de Weil: "a separação deles seria um vínculo"

⁶⁷ Textos e informações sobre a autora podem ser encontrados em: <<http://www.simoneweil.com.br/>>.

(p. 69). Durante este período, Pedro a perseguiu, escondendo-se, ao mesmo tempo em que tinha uma experiência de gigolô – sustentado por uma prostituta da lendária Rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre – e afundava-se no álcool para suportar a miséria da impossibilidade daquele amor. Essa é outra constante na obra de Resende: diante do amor frustrado, a autodestruição é a saída possível.

A trama segue-se a partir do reencontro dos dois e desenvolve-se baseada na própria experiência de Simone Weil como operária. O argumento condutor é Lia empregando-se numa metalúrgica em Canoas. Arisca, não se despede, quer completo isolamento para compreender a condição operária: "Preciso estar só, Pedro – afastou-se. – Tenho de descobrir como sofre essa gente. Qualquer interferência me perturba, entendes? Não é contra ti, mas preciso de isolamento" (p. 100). Hospeda-se na casa de um casal operário e imiscui-se naquele universo das fábricas. Envolve-se no sindicato, discursando em qualquer oportunidade possível, argumentando contra o embrutecimento que a máquina traz ao homem, defendendo a "nova máquina" – outra reprodução das ideias de Weil.

A visão que Resende faz dos sindicatos também é indicativa da crítica ao chamado sindicalismo pelego daqueles tempos. O Sindicato – em maiúscula – é retratado, ou melhor, criticado por Lia por "fazer o que se pode fazer" pelos operários – para ela, é pouco. O presidente, Libório, ameaça a protagonista devido aos seus discursos, e, categórico, diz: "Eu mando no Sindicato" (p. 122). Alguns capangas chegam a segui-la, abordá-la e ameaçá-la. Mas tudo contribui para aumentar suas resoluções pessoais.

Ao mesmo tempo em que tentava incutir ideias de transformação nos operário, Lia era igualmente transformada pela experiência. Percebem-se dois movimentos nesse sentido. O primeiro são as mudanças advindas da própria rotina de trabalho embrutecedora que tanto criticava. O condicionamento das máquinas a transforma numa, paralelo à humilhação constante que os contramestres lhe impunham. O ápice dos movimentos autômatos ocorre em um fluxo de consciência estarecedor: "O contramestre falara que seguindo a cadência geral tudo seria rápido. *Peça na prensa, aperta pedal, baixa prensa, aperta pedal, levanta tampa, tira peça, aperta pedal, levanta tampa, cuidado com a mão, sem pensar, olha a peça, olha a cadência, jeito nas mãos, Pedro vem, olha a escrava, peça na prensa, pedal, baixa prensa, pedal, tampa,*

peça, pedal, batuque, cadência, marca o passo, pedal, pela, prensa, deixa a dor, Pedro tem de vir, pedal agora, tampa, peça, presa, baixa..." (p. 146). A silenciosa humilhação daquela gente também a atingira. Como resultado, Lia corta a mão num dia de trabalho – algo comum entre os operários – e é afastada. Para ela, um "ferimento de guerra". O segundo dá-se através do contato – e conflito inicial – com Diva, mulata operária, descobrindo que mesmo com suas boas intenções, estaria tirando a vaga de alguém que realmente precisava. A relação entre as personagens torna-se íntima, a ponto de Lia ir jantar e conhecer a família de Diva, adentrando a rotina familiar daqueles seres de sentidos embotados, brutalizados⁶⁸. Contudo, o ponto fundamental é o autoquestionamento diante de uma exclamação: "Lia, tu sabe mais que eu, mas quem não come tem nojo da vida!" (p. 140). Os gozos carnais haviam sido peremptoriamente negados em suas resoluções para compreender a vida através do sofrimento⁶⁹ – novamente Simone.

Este ponto de inflexão ocorre paralelamente à primeira experiência sexual concreta com Pedro, no dia anterior. Se na primeira parte da obra Lia manteve-o subjugado pela paixão, no padrão de comportamento dominador das mulheres resendianas, na segunda, ele deixa de ser submisso e impõe-se – mesmo o fazendo contra a própria vontade, mas numa clara resolução de conquistá-la. O empenho de Pedro comove Lia, culminando no sexo e na transformação da protagonista, tanto pelo contato com Diva quanto pela experiência sexual propriamente.

A presença da sexualidade em *Pedro e Lia* é, também, uma representação histórica daqueles tempos pré-revolução sexual. A virgindade valendo a peso de ouro, ainda, na década de 1960, era passível de ser entregue, antes do matrimônio, àquele que demonstrasse pendões para o casamento – e, na segunda parte da obra, tanto Lia como Pedro assumem essa intenção. Se esse era o padrão de comportamento para as mulheres, para os homens, o chafurdar nas labirínticas vielas escuras da Farrapos ou da Voluntários – com as putas – era também o padrão de comportamento. Pedro chega a

⁶⁸ "Depois a gente só pensa na vida, na comida pros filhos. Tem gente que nem quer pensar pra não sofrer. Os homens vão pros botecos meter o pau nos chefes, na fábrica, e depois se embebedam pra não pensar na mulher e filhos. No domingo não sabem o que fazer e um que outro chega a sentir falta do trabalho (...)" (p. 142).

⁶⁹ "Ela teve um choque e acabou aqui escendo, a baixar os olhos, com um calafrio nas costas lhe umedecendo as mãos. Uma operária quase analfabeta estava lhe revelando, quem sabe, uma verdade. Não seria só um pretexto o desígnio de não comer por causa da fome dos pobres? Não dissimulava aquela abstinência um 'nojo da vida', assim como seu desejo de morrer por Ele uma repugnância profunda de si mesma? (...)" (p. 140).

questionar-se se teria talento para relacionar-se apenas com as *damas da noite*, diante da resistência inicial de Lia.

O sexo entre os dois ocorre pela primeira vez na casa do casal de operários, o que não pode ser fortuito. A descrição poética de Resende é envolvente, numa sintética sensibilidade para as cenas⁷⁰. A experiência e as ocasiões onde ocorreu conjugam-se depois à modificação induzida pelo contato com Diva. Lia passa a entender que não seria através da abdicação completa dos prazeres terrenos que encontraria a Verdade e a Sabedoria – a dupla experiência levaria ao conhecimento. A protagonista passa a redescobrir o prazer da comida, renegando o estoicismo que sempre possuiu e, aos poucos, combina esse prazer ao sexo. Nesse ponto acontece a ruptura com a biografia e a inspiração em Simone Weil.

Esta redescoberta é igualmente significativa a respeito das distinções entre o tipo de amor que Pedro e Lia sentiam. Desde o início, sente-se a oposição entre o amor natural/escravo/terreno de Pedro – "quem ama não é livre" – e o amor sobrenatural/metafísico/libertador defendido por Lia – é Simone quem fala, novamente. Claro, o padrão deste amor natural segue os preceitos que Resende sempre defende em seus livros: "No início tem de ser uma imensa fúria, uma coisa que te raspe a garganta e a um tempo te ilumine. Quem dorme, quando descobre o amor, não descobriu. Eu, por exemplo, não durmo faz dias" (p. 65). Ou ainda, a tentativa – que acaba mostrando-se bem sucedida – de provar à sua amada que poderia fazê-la descobrir o quão prazerosa poderia ser a vida sublunar: "Seu amor no dela acabaria com as dores, as visões, os êxtases. Sim, ela teria êxtases, porém vindos do fundo dele e dela, da terra, verdadeiros porque humanos, convulsivos, com a força das múltiplas raízes de corações que se abandonam" (p. 79) – e esta é uma das mais belas passagens da obra.

Se o sexo a transformou, atingir o orgasmo foi o ponto de ruptura definitivo – e trágico. Sendo o ápice do êxtase físico, paradoxalmente, encaminhou Lia à morte – o que também não é fortuito. Transformada pelas experimentações carnais, a protagonista vai ao encontro com Pedro: "sem óculos, num vestido claro de *broderie*, sapatos de salto alto brancos e bolsa branca, levemente maquilada, toda nupcial. Cabelos longos bem escovados, soltos, a brilharem." (p. 156). Nesta mesma noite, alcança o orgasmo:

⁷⁰ Como metáfora para a penetração, Resende diz/define que Pedro "a completou de vida". A narração dos atos sexuais não ultrapassa um parágrafo.

"Ela achou que ia desfalecer: 'Vou morrer, querido, é champanha no sangue, champanha...'. Soltaram-se e voltaram a um abraço de feliz lassitude. Ela pediu um instante de silêncio pra ouvir o pensamento compassado e sussurrou que não tinha pensamento, apenas uma onda boa vogando, cabeça sem dor, uma vontade de adormecer sorrindo, a harmonia da Criação a se espalhar nas artérias" (p. 157-58). A última frase demonstra a conjugação entre o prazer da carne e o prazer metafísico. Pedro conseguiu o que desejava: mostrar a ela as belezas terrenas. Se ela acreditava que Deus só mostrava-se através da dor – a constante enxaqueca –, Pedro havia sido posto em "seu caminho pra que ela entendesse sua totalidade" (p. 162).

Na manhã seguinte, acorda banhada em sangue e é internada num hospital. A leucemia, que já havia sido mencionada como possibilidade pelo pai, médico, tornou-se fato – mas nega a possibilidade de isso ser consequência da "champanha no sangue". O último capítulo é dedicado a narrar a morte de Lia, que, contudo, a vê com abnegação e terna calma. Em seus últimos momentos, enquanto Pedro desespera-se, pede perfume – "Sempre quis usar perfume e nunca tive coragem" –, alimenta-se com prazer e reza por todos aqueles aos quais quis bem. Pedro, percebendo o inexorável destino, telefona para Geraldo que, cumprindo o papel que sempre lhe coube: "Passa aqui agora, estás me ouvindo? Eu disse agora. Tenho de te explicar umas coisas".

E assim acabou o amor de Pedro e Lia, um amor vivenciado num tempo de acontecimentos políticos significativos, que desnudaram as forças políticas em confronto na sociedade sul-rio-grandense – e brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano que iniciamos, completar-se-ão cinquenta anos desde que os gaúchos ouviram as palavras inflamadas de Leonel Brizola através da Rede da Legalidade. A ex-governadora Yeda Crusius declarou em seu discurso de despedida que existe um projeto em andamento para a criação do Museu da Legalidade. Mais do que marcar a efeméride, demonstrará que o poder público do Estado preocupa-se com a preservação da memória e da História regional – e nacional –, desse que foi um dos eventos políticos mais significativos da história política sul-rio-grandense contemporânea – do qual o próprio governo estadual foi protagonista.

A historiografia acadêmica, incrivelmente, parece não conferir a devida relevância ao episódio: foram encontradas pouquíssimas pesquisas. O sentido geral, implícito ou declarado, na fala daqueles que dedicaram obras à Legalidade parece-me um tanto simplista, por demais teleológico, ao se declarar que foi um ensaio para o golpe de 1964. Da mesma forma, os pesquisadores são normalmente jornalistas preocupados em narrar os eventos muito mais do que explicá-los, ou partidários de Brizola que enaltecem as ações e a figura do líder político trabalhista.

A possibilidade de um *coup d'état* existia a partir do momento em que Vargas redemocratizou o país em 1945 – aliás, a própria República originou-se por esse método. Procurei demonstrar no primeiro capítulo exatamente isso: havia setores golpistas dentro e fora do poder de Estado, que tentaram agir diante de qualquer oportunidade, desde o governo de Juscelino Kubitschek. O golpe foi silenciado diversas vezes. Silenciado, mas não extinto. Democracia não era um conceito muito caro aos grupos políticos do período – a todos. Nem mesmo Brizola era um democrata: ao longo dos anos 1960, sugeriu em diversas ocasiões que o Congresso, democraticamente eleito, deveria ser fechado e instituído em seu lugar um Congresso popular. Talvez Jango fosse um democrata, e até hoje sua figura é menosprezada justamente por isso. Inclusive, ao se pensar sobre as figuras políticas que foram os protagonistas, também há um mar de incertezas.

Jânio Quadros e João Goulart são, até hoje, na história política do Brasil, figuras controversas, tanto para seus partidários e opositores (e os consequentes argumentos)

como para a historiografia. Poucos conseguem compreender a imensa votação de Jânio e o os seus reais objetivos no Palácio do Planalto. Por que Jango aceitou o parlamentarismo mesmo tendo amplo apoio social e político? Fato é que ambos tiveram ascensões políticas incrivelmente rápidas – ressalvadas as particularidades, mas garantindo-se o talento, por assim dizer, individual. Talvez por isso sejam tão inexplicáveis. Leonel Brizola – para quem a Legalidade foi o ponto de inflexão à notoriedade nacional – transformou-se numa instituição política, uma lenda esculpida em mármore e intocável, para muitos. Não é exagero afirmar que, depois de Getúlio, foi a maior liderança do trabalhismo nacional. Sobre sua atuação em 1961, seu Nelson, meu sábio pai, vaticinou: "ele veio da pobreza; não tinha nada a perder". E qual foi a moeda de troca utilizada por Mazzilli para tão rápida aprovação do parlamentarismo no Congresso? E qual foi o destino do nefando trio de ministros militares? Principalmente Denys, substituto do "marechal legalista" Lott que acabou tornando-se golpista. Ainda, Lacerda, figura quase inacreditável: participe de inúmeras farsas para legitimar seu golpismo, sempre que aparecia com novas palavras ou documentos era ouvido – credibilidade nunca foi uma exigência da "opinião pública" quando se trata de cuspir no rei. Vultos políticos curiosíssimos...

Acredito que os anos que antecedem o golpe militar – ou civil-militar, a gosto – são muito prejudicados em sua análise, em parte, pela própria designação utilizada para o período: "República populista" para uns, "República liberal-populista" para outros. Extremamente pobre e reducionista. A grande bengala teórica que é o *populismo* leva a amarrar políticos muito diferentes à camisa de força de "populistas", demagógicos e inconsequentes. O populismo enquanto estratégia de manipulação das classes trabalhadoras por uma elite política tem sido bastante criticado nos últimos anos – as referências clássicas, como Weffort e Ianni, pouco aparecem nas bibliografias contemporâneas. Entre os pesquisadores que adotam esta nova abordagem, tem-se preferido a revalorização do conceito de *trabalhismo*, dando uma margem maior à participação dos trabalhadores, vistos menos como uma massa passiva diante do engodo das lideranças governamentais e mais enquanto força política ativa.

O evento que ficou conhecido como Movimento da Legalidade insere-se neste processo de constituição e desenvolvimento do trabalhismo. Na visão clássica sobre populismo, o golpe civil-militar de 1964 foi o próprio golpe definitivo neste modelo de se fazer política – o colapso do populismo, como ficou conhecido. Encontramos aqui a

origem da explicação corrente para a Legalidade – i.e. o ensaio para o golpe de 1964 –, derivado-se desta concepção clássica sobre o período e o populismo. Obras abrangentes e bem documentadas como a de Amir Labaki (1986) – que, por sinal, tornou-se uma das principais referências – deixam entrever em suas páginas esta noção, onde *a Legalidade seria o princípio do colapso do populismo*. A ideia de que qualquer evento político carrega em si um caráter de imprevisibilidade é ignorada.

Nosso modo racionalista moderno de pensar trouxe consigo uma dualidade que muitas vezes não convém à historiografia – e a muitas outras áreas de conhecimento. Os anos entre 1945 e 1964, creio, são prejudicados em sua análise justamente por esse maniqueísmo: preto ou branco, populista ou socialista, revolucionário ou reacionário, direita ou esquerda. Juscelino, Jânio, Jango, Brizola, estão mais para tons acinzentados, não se encaixam no pensamento dual. Talvez este seja um bom caminho para levar luzes a todo esse processo. Não sabemos lidar bem com a contingência e queremos sentido em tudo – mas a falta de sentido também pode ser uma boa explicação.

Outro aspecto que merece ser pensado é a imensa adesão popular à Legalidade que, nas obras existentes, resume-se a ser narrada, permanecendo sem uma compreensão maior. Os discursos e ações anunciadas neste evento carregam um íntimo relacionamento com a forma de organização simbólica e as representações coletivas da sociedade, traduzidas no que hoje se convencionou denominar *cultura política*. Jorge Ferreira, seguindo este viés, alicerça suas conclusões em conceitos universais e atemporais, bastante interessantes e instigantes. Contudo, mesmo reconhecendo o simbólico como esta força irracional que prescinde tempo e espaço, acredito que Ferreira poderia ter tocado em elementos da mesma natureza simbólica locais, principalmente a imagem identitária do Rio Grande do Sul e seu modelo de valores intrínseco, buscar se isto foi capaz de conduzir ao engajamento e à ação e em qual medida – e a utilização que faz de conceitos como *espaço sagrado* e *Centro do Mundo* dialogariam perfeitamente neste sentido.

Atualmente, a Legalidade caminha muito mais por entre as brumas da memória afetiva daqueles homens e mulheres comuns que vivenciaram os fins de agosto e inícios de setembro de 1961 – cômicos ou não da força simbólica que os moveu. Sinto o exemplo disso bem próximo. Meu avô, seu Nilo Viera – o único que carrega a grafia correta do sobrenome familiar –, sempre demonstra desmedida empolgação ao narrar

para o neto como ouvia as palavras de Brizola na Cadeia da Legalidade enquanto trabalhava no alambique da família, no interior de Dr. Bozano – hoje município, antigamente distrito de Ijuí –, o rádio ligado 24 horas por dia. Os veículos que as pessoas doaram, caminhões inclusive, transportados por trem a Porto Alegre. A comoção geral, as reuniões, os debates em locais públicos, o medo da escassez de mantimentos, e muitos outros causos, demonstrando que entre a população que apoiou *voluntariamente* o movimento muitos se prepararam, de fato, para uma guerra civil. Outro episódio aconteceu recentemente, enquanto entre um gole de champanhe, uma concha de lentilha e uma fatia de carne de porco, eu estruturava este trabalho em meio às comemorações de Ano Novo. Minha mãe, dona Lúcia, espionando os livros que se amontoavam sobre a mesa e os inúmeros pedaços de papel com anotações, leu o discurso que Brizola proferiu no dia 28 de agosto, o mais dramático de todos. Com lágrimas nos olhos, repetia: "lembro de cada palavra como se fosse hoje". Tinha seis anos de idade. A História realmente é sentida nos detalhes mais minúsculos do cotidiano.

Scliar e Resende homenagearam essa memória, eles que também viveram aqueles dias de tensão – um mais e outro menos. A narrativa literária só encontra eco se é plausível, palpável, ancorada na vivência do ser humano. Cabe observar que tanto *Mês de cães danados* como *Pedro e Lia* contam a história de sujeitos comuns que se viram envolvidos "naqueles corre-corres de agosto de 1961". É a influência do evento político na vida cotidiana – não pôde passar despercebido tamanho o arrebatamento que atingiu o Estado. Os escritores mostram-se por meio de suas obras e descortinam o imaginário que buscaram representar por meio de palavras. Resende declara abertamente que seu livro foi uma forma de homenagear Brizola. O próprio retrato que se faz dele, personagem, é positivo. Scliar, metafórico como só um judeu sabe ser, não se pronuncia claramente sobre a Legalidade. Ou pronuncia-se, e nos perdemos na ironia – por definição, uma interpretação ao avesso daquilo que se diz.

O significado da representação da História nas obras selecionadas é um dos pontos que as diferenciam. *Mês...*, mesmo sendo mais inspirado na História, é muito mais metafórico e labiríntico. *Pedro e Lia*, mesmo fazendo um retrato mais realista, é menos inspirado na História. Uma estranha dança entre a história e a ficção. Buscar as melhores conclusões sobre ambas, portanto, não pode fundamentar-se unicamente na História. Seria um vício de historiador acreditar que se explicam unicamente através da

metáfora no evento – a Legalidade. Se a Literatura é uma das formas mais privilegiadas pelas quais nós, seres humanos, tentamos entender o mundo, representar nosso *drama humano*, ela é justamente isso: representação subjetiva do real, contudo, verossimilhante. Assim, a História pode ser um possível (e necessário) meio de interpretação, mas acredito que não explique o enredo. Devemos cotejar com a dinâmica própria das personagens, vendo-os como seres passíveis de existir, na imaginação dos autores ou na *vida real*.

Se *O centauro no jardim* é a síntese da dicotomia scliriana entre o filho de imigrantes-brasileiro e o gaúcho, *Mês...* pode ser tomado como a súpula de sua crítica à história do Estado. Mário Picucha sintetiza muitas coisas. Em seu sangue corre a História do Rio Grande do Sul – narrar a si mesmo é narrar a História. Contando o caso que é sua autobiografia, três espaços são evocados, correspondendo cada um a contextos históricos distintos: a fazenda do pai, a casa da tia em Pelotas e Porto Alegre. O auge da economia charqueadora sulista, o idílico passado da Campanha e a contemporaneidade – que confronta e desafia o universo do mundo pastoril sul-riograndense. A infância, a adolescência e a maturidade do universo simbólico gaúcho. O início do caso é o próprio início da colonização da capital sul-riograndense.

Contudo, vincular diretamente a personagem à História, interpretando-a dessa forma, seria mais simples se não houvesse a revelação final de que aquele passado nos pampas, sua infância, não passou de uma elaboração subjetiva para, talvez, suportar o fardo de ser filho bastardo – e também pelo fato de sua narrativa fundamentar-se na lembrança, no onírico. Então percebemos que a personagem que encarna todo o ideal do *gaucho* mítico é seu pai, sempre viril, valente e belicoso. Nos momentos em que nosso protagonista segue esse código de conduta, acaba impressionando-se⁷¹. Aqui possivelmente repousa uma crítica à identidade sulina em seus tons mitológicos. Seríamos os descendentes bastardos de nossa própria imaginação?

⁷¹ "Eu tinha visto um globo de vidro desfazer-se numa chuva de minúsculos cacos. Eu tinha visto a lâmpada brilhar ainda uma vez, com desusado esplendor, antes de se desintegrar. Um sol brilhava em mim, paulista, um rosto resplandecente se aproximava – uma alucinação? Uma revelação? (...) eu tinha o rosto voltado para o alto, eu tinha o rosto – agora estou certo disso, paulista – inundado de luz. (...) Enfiei o punhal na bainha, guardei o revólver no coldre, vesti o poncho e saí, o pessoal abrindo alas. Esporas invisíveis tilintavam enquanto eu caminhava pelo corredor; o tordilho me aguardava lá fora, escoiceando impaciente o chão. Senti cheiro de campo..." (p. 94).

Tal revelação denota o caráter dual da personagem. Picucha tem um duplo sentido: lembrança e presente, ficção e história, idealização e realidade. É meio-filho. Assiste meia-televisão. Meio-gaúcho moderno, meio gaúcho passadista – como estes, meio europeu, meio indígena. Meio latifundiário, meio patuleia.

Picucha é e não é. Ao mesmo tempo em que representa o passado pecuarista e todos os valores consequentes – nossa pretensa identidade –, as lembranças que endossam essa possibilidade fazem-no também uma mentira, uma fantasia. E este é o *turning point*. A dinâmica interna da própria personagem explica sua inserção na Legalidade. Seu engajamento delirante contra o movimento e seus apoiadores funciona como um diálogo de Picucha com os seus próprios fantasmas. Ele se entende como representante do setor social/histórico que é questionado pelo movimento político desencadeado no Palácio Piratini. O papel da Legalidade na novela é o de um paralelo entre a queda pessoal de Picucha e a queda daquilo que representa, ou da mentira que crê. Progressivamente, a vida construída em Porto Alegre se desfaz: torna-se impotente quando sua potência sexual era notória, acaba deserddado pelo pai (passado) que tanto cultuava, perdendo o conforto que o dinheiro desse mesmo pai/passado lhe proporcionava na capital. Todo este processo de queda ocorre paralelo à Legalidade, e o movimento é tomado como responsável por isso.

Nesta íntima relação com a História que o protagonista possui, o desejo de matar Brizola pode ser tido como o vértice. Teria ele ciúmes do grande líder? Veria em Brizola o antagonismo campo vs. cidade que também colocava diante dos colegas de faculdade? Talvez. Sendo a Legalidade o cenário de sua própria queda, nada mais apropriado do que exterminar seu grande propulsor, líder e ícone. Destruindo o governador – a quem o pai, na carta, denominou de "pulha" –, Picucha encontraria sua própria redenção, provando seu valor diante de ser um filho bastardo e deserddado.

A maior incerteza a respeito de interpretações envolvendo *Mês...* é justamente o fato de passar-se através das memórias do protagonista, um protagonista que declara no início da novela que irá contar um caso e, sabemos, um caso tem preocupação mínima com a verossimilhança. Novamente, o vício de historiador de querer farejar a verdade – e em se tratando de Scliar, uma operação mental desta natureza está fadada ao fracasso, visto que o autor mantém fortes vínculos com o realismo fantástico latino-americano, no qual a representação da realidade é sempre...

fantástica. Sua condição de mendigo é explicada através dessa lembrança, a narração é a crônica de sua situação atual. Mas se fosse unicamente a representação do passado estancieiro do Estado, ele não seria um mendigo – logo, a narrativa não é comprometida unicamente com isso – pois este setor econômico conservou seu prestígio social e político mesmo com a derrocada da economia a qual estava vinculado, não se assentando mais no esplendor de outrora, mas ainda assim. Picucha seria, talvez, um vendedor ambulante, não um mendigo, arquétipo da degradação social absoluta. De qualquer forma, a desintegração da personagem integra-se às transformações históricas.

Nosso contador de causos moderno também pode ser um reflexo da decepção de Scliar diante do fim que todo o Movimento da Legalidade teve. As referências finais da reapropriação de Drummond, bem como a própria trajetória do protagonista, podem ser as esperanças frustradas do autor em relação à "revolução das massas" que *faltou ao encontro*. Como a Lia de Resende, Scliar esperava mais de toda aquela mobilização popular no Estado. A inconsciência da Picucha diante do processo histórico que leva à sua queda também pode ser um reflexo disso – pode ser a própria inconsciência do povo que viveu a história do Rio Grande do Sul, adotando os valores da elite latifundiária plasmados na pretensa identidade sul-rio-grandense.

Ainda, podemos enxergar a obra através de outro viés: a homenagem à própria literatura do Estado, na figura de Érico Veríssimo. Comentando sobre o magistral *O Tempo e o Vento*, Luiz Eugênio Vescio (1995, p. 21) diz que "sua proposta ficcional oportuniza a recuperação do tempo e a presentificação do passado através da memória, trazendo, assim, a origem, a tradição e a identidade do povo rio-grandense". Estas palavras também caberiam a *Mês de cães danados*, com o diferencial de encarnar-se em apenas uma personagem. A própria origem do curioso sobrenome do protagonista talvez esteja em *O Tempo e o Vento*: Dona Picucha Terra Fagundes, personagem de um dos interlúdios entre os capítulos – *Um certo capitão Rodrigo* e *O Sobrado IV*. A velha Picucha costumava contar as histórias de Carlos Magno e de seus doze cavaleiros – entre eles, Rolando –, as mesmas que a tia de Mário Picucha lhe ensinou na adolescência e tanto lhe extasiaram, inspirando sua fantasia na luta imaginária contra o gigante sarraceno de sangue escuro.

Antônio Carlos Resende provém de uma outra seara de escritores sul-rio-grandenses. A matéria-prima que envolve suas palavras sempre foi e sempre será o

próprio exagero dos seres humanos diante de situações limite – ou "casos limite", como o próprio gosta de definir. Esta caminhada à beira do abismo possivelmente é o que há de mais sedutor em sua obra, ao entrarmos num processo catártico diante daquele desequilíbrio dos personagens, preferencialmente afogados em uma paixão avassaladora.

Pedro e Lia destoa um pouco de seus demais livros por ser narrado em terceira pessoa, fato que retira parte da escrita vertiginosa que demonstra em outras obras, quando os próprios personagens desesperados contam. Contudo, este narrador também dá voz à subjetividade das personagens principais, cedendo a vez da fala às impressões íntimas de cada um. Destoa também, ao lado de *O rapaz que suava só do lado direito*, por encontrar o cenário na História, na representação de um determinado tempo histórico. A Legalidade é transformada no contexto onde os protagonistas que dão nome à obra encontram-se pela primeira vez. Resende, especialista na paixão, nos mostra que esse sentimento vertiginoso tão caro à sua narrativa pode nascer em meio ao engajamento político, algo mais comum naquelas décadas onde a esfera política da realidade social estava tão dilatada que invadia todos os aspectos do cotidiano. Estranho é pensar que tanto Lia quanto Pedro não se inscrevem nos comitês civis voluntários, ou estes sequer são mencionados ao longo do livro.

Preocupado em narrar o amor muito mais do que a História, Resende indiretamente faz um registro do imaginário daquele período, materializado na forma de suas personagens. Cada qual tem sua representatividade. Lia Stern é uma curiosa homenagem do autor à Simone Weil, uma escritora pouco conhecida e bastante peculiar em suas ideias – no mínimo, instigantes. Segundo o próprio autor, ela foi "uma mulher que adorei numa determinada época". Relacionando o caráter geral da obra resendiana às ideias da francesa, esta declaração soa quase como um paradoxo. A explicação poderia estar no "forte namoro com o misticismo" que teve até os quinze anos, já que Weil era extremamente mística, chegando inclusive a sentir êxtases religiosos. Poderíamos também pensar a temática preferida, "caso limite", em relação à biografia da escritora. Resende pode ter enxergado em sua figura trágica uma mártir, uma idealista no mais estrito sentido da palavra, que trocou sua existência concreta pela vida intelectual – um *caso limite* ambulante. Tal abnegação fascina a qualquer ser humano com um pouco de sensibilidade, ainda mais àqueles que enxergam a beleza poética de uma tragédia amorosa, como é o caso dele.

Nesse ponto há a convergência entre a História e Literatura. As personagens da novela são o próprio registro histórico que Resende realiza. Tendo como temática privilegiada o amor, narra-se também a sexualidade. Naqueles tempos pré-revolução sexual havia um padrão de comportamento claro: para as "moças de família", a vinculação entre amor-sexo-casamento; para os homens, o consolo das prostitutas diante da resistência moral destas mesmas moças. Ao mesmo tempo, há a representação histórica nas personagens, todos claramente pertencentes à classe média dos anos 1960 em Porto Alegre: o intelectual socialista engajado, filiado ao Partido; a pequeno-burguesa que trai sua classe e engaja-se politicamente carregando matizes religiosas; e uma dupla de amigos, intelectuais hedonistas que, ao serem confrontados com o engajamento e inocência da protagonista, se excitam, se apaixonam e querem trazê-la para sua realidade.

O pano de fundo onde este *caso limite* se desenvolve é a Legalidade, cenário para o desenvolvimento do enredo. A presença de Brizola, entrando em contato com os protagonistas, segundo o próprio Resende, foi uma forma que encontrou de homenagear o movimento e o líder trabalhista. Justamente por ser o cenário, não há uma preocupação maior em se registrar a História a partir deste ponto de vista: a Legalidade é o pretexto para se narrar uma história de amor.

Aqui percebemos um ponto de diferenciação entre o caráter geral que o movimento da Legalidade tem nas duas obras. Scliar participou diretamente, mas frustrou-se e inventou a história de uma personagem que decai em paralelo ao evento político. Resende acompanhou à distância, mas concebeu uma obra onde o amor encontrou seu berço nas ruas tomadas por manifestantes em 1961, e onde Brizola tem uma imagem positiva, ao contrário de *Mês...*, onde o protagonista tenta matá-lo.

Quando o Papa Gregório XIII e seus asseclas resolveram inventar o calendário que nos prende e nos organiza até hoje, talvez não imaginassem que no hemisfério sul, quando o inverno ainda resiste a ceder espaço para a primavera, o mês que carrega a homenagem ao imperador César Augusto fosse acabar conhecido como *mês dos cães danados*.

Em finais do mês daquele ano de 1961, o epíteto tornou-se fato, novamente. O Brasil esteve à beira de uma guerra civil. Quase como uma tradição de nossa história política, a solução para o movimento que ficou conhecido como Legalidade foi um grande acordo de cavalheiros para evitar qualquer ruptura brusca ou derramamento de sangue. O desfecho foi pacífico, mas poderia não ter sido. Observando a foto em que Brizola circula pelos corredores do Piratini com sua metralhadora, fumando um cigarro, cabisbaixo e carregando o cansaço no rosto, surge à mente outra em que o final foi trágico: Salvador Allende, doze anos depois, saindo por uma porta interna do Palácio *La Moneda*, também de metralhadora alçada ao ombro. As bombas também poderiam ter destruído por aqui.

As duas obras literárias escolhidas neste trabalho para análise tem como cenário a Legalidade. O exercício de entranhar-se no mundo ficcional de um escritor é algo fantástico. Mas os caminhos tortuosos da interpretação de outra subjetividade são perigosos. A dinâmica interna de cada livro e de cada autor é uma forma de entrar em contato com nossa infinita capacidade de fantasiar, imaginar. Perder-se é fácil. Encontrar um sentido, complicado, ainda mais quando se busca um determinado ponto específico. As respostas encontradas são de inteira responsabilidade nossa, são parciais – e dizem muito de nós mesmos, assim como os livros dizem de quem os escreveu.

Este ponto específico foi a presença da História na literatura de Moacyr Scliar e Antônio Carlos Resende. O próprio estilo e bibliografia de cada autor fornece a intensidade desse aspecto. Scliar, assentando-se em uma erudição fantástica, privilegiou a abordagem crítica da História em vários de seus livros – e em *Mês de cães danados* segue esta linha. O Resende de *Pedro e Lia* preocupa-se menos com a pesquisa histórica e mais com a narração de uma paixão; inseridos em determinado contexto histórico, as personagens acabam sendo sua contribuição para a percepção da presença da História. Estabelece-se o estranho paradoxo: a mais realista é menos História, a mais metafórica é mais História.

Fica a certeza de que a Literatura tem muito a contribuir com as pesquisas historiográficas, principalmente no que tange a representação e o imaginário de determinado contexto. Os universos criados por Scliar e Resende mostraram-se mais vastos e interessantes do que eu inicialmente acreditava. Este caráter de fonte histórica – exatamente o que suscitou os primeiros debates para adoção da Literatura pela História

– contudo, não pode ser restritivo. O ponto de convergência vai além, ao demonstrar a necessidade que temos de narrar/compreender nossa condição humana – fim primordial de ambas as disciplinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BARBOSA, Vivaldo. **A Rebelião da Legalidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BITENCOURT, Gilda Neves da Silva. **O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- COLEÇÃO CAROS AMIGOS. **A ditadura militar no Brasil. São Paulo**. Casa Amarela, v. 2, 2007.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **Scliar e a diáspora de todos nós**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/Scliar%20por%20Fl%C3%A1vio%20Loureiro%20Chaves.pdf>>
- ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, n. 10, 1998.
- FELIZARDO, Joaquim et alli. **Legalidade - 25 anos**. A resistência popular que levou Jango ao poder. Porto Alegre, Redactor, 1986.
- FELIZARDO, Joaquim. **A legalidade**. O último levante gaúcho. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1988.
- FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997.
- FERREIRA, Oliveiros. **O fim do poder civil**. São Paulo: Editora Convívio, 1966.
- GUIMARÃES, Lealis Conceição. **A ironia na recriação paródica em novelas de Moacyr Scliar**. Tese (Doutorado em Letras). UNESP, 2005.
- GUIMARÃES, Manoel S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva, Guacira Lopes Louro – 8. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ILHA, Flávio. "Eu havia desistido da literatura". **Revista Aplauso**. Porto Alegre, 15 fev. 2008, p. 7-9.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LABAKI, Amir. **1961**. A crise da renúncia e a solução parlamentarista. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo, Editora Senac, 2001.

MELO, Ana Cecília Água de. **Humildes livros, bravos livros: cenas da história brasileira de Moacyr Scliar**. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Letras da UNICAMP. Campinas, SP, 2004.

MENDONÇA, Carlos; ALVES, Gabriela. Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: os diálogos entre a história e literatura. **Revista História Hoje**. SÃO PAULO, nº 2, 2003.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Prosa de ficção: 1870-1920**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1973.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NIEDERAUER, Silvia Helena Pinto. **Ao viés da história: política e alegoria no romance de Érico Veríssimo e Moacyr Scliar**. Tese apresentada no programa de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, nº 29, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2006, p. 2. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RESENDE, Antônio Carlos. **Pedro e Lia**. Porto Alegre: Globo, 1981.

RESENDE, Antônio Carlos. [Entrevista disponibilizada em setembro de 2001]. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/a_carlos_resende_comp.html>.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto Estadual do Livro. **Antônio Carlos Resende**. Série Autores gaúchos. Porto Alegre, 1988.

SANTOS, Pedro Brum. **Notas à margem da história**: literatura e cultura no Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/brum.php>>.

SCLIAR, Moacyr. **Há 20 anos, a "Legalidade" mobilizou o Rio Grande do Sul para uma guerra que não aconteceu**. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/scliar_1961.htm>. Publicado em agosto de 1981.

SCLIAR, Moacyr. "Memórias de um aprendiz de escritor" In _____. **Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

SCLIAR, Moacyr. **Mês de cães danados**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

SILVA, Antonio Silveira. **A Brigada Militar e a legalidade**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). **História no plural**. Brasília: Ed. UNB, 1994.

VESCIO, Luis Eugenio. **A Porto Alegre dos Anos 30 a partir de Os Ratos**. Bauru: USC, 1995

ZILBERMAN, Regina. **Literatura Gaúcha**: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, LP&M, 1985

ZILBERMAN, Regina. **Roteiro de uma literatura singular**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992b.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.